

UNICASA



**Proposta da Administração
Assembleia Geral - 2020**

ÍNDICE

1. CONVITE	3
2. CONVOCAÇÃO	4
3. ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAR DA ASSEMBLEIA GERAL.....	7
3.1. PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL	7
3.2. PARTICIPAÇÃO VIA BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA	8
4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	10
5. ANEXO I – ICVM 481, ART. 9º, INCISO III	17
6. ANEXO II – DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (ANEXO 9-1-II ICVM 481)	69
7. ANEXO III-A – INFORMAÇÕES SOBRE ADMINISTRADORES	74
8. ANEXO III-B – DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA	80
9. ANEXO III-C – RELATÓRIO DE INDEPENDÊNCIA	84
10. ANEXO IV – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	91

1. CONVITE

Prezados Acionistas,

A Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Companhia”) tem o prazer de convidá-los a participar da Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 13:30 horas do dia 16 de abril de 2020, em sua Sede Social, localizada na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia Federal BR-470, km 212,930, bairro São Vendelino, CEP 95707-540.

A Administração da Companhia apresenta a proposta e orientações para participação com o objetivo de prestar esclarecimentos a V.Sas. sobre as deliberações a serem tomadas, listadas no Edital de Convocação a ser publicado no Jornal do Comércio e no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, na edição do dia 01 de abril de 2020 e republicado nos dias 08 e 11 de abril de 2020, arquivado na sede social da Companhia, bem como divulgado nos websites da CVM – Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), e de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.unicasamoveis.com.br/ri>).

Bento Gonçalves, RS, 17 de março de 2020.

Gelson Luis Rostirolla
Presidente do Conselho de Administração

2. CONVOCAÇÃO

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

CNPJ/MF: 90.441.460/0001-48

NIRE: 43.300.044.513-RS

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam os senhores acionistas da Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Unicasa”) convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 16 de abril de 2020, às 13:30 horas, na sede social localizada na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia Federal BR-470, km 212,930, bairro São Vendelino, CEP 95707-540, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2019 acompanhadas do Relatório do Auditor Independente;
- b. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;
- c. Definir o número de membros do Conselho de Administração a serem eleitos
- d. Eleger os membros do Conselho de Administração para um mandato de dois anos;
- e. Deliberar sobre a caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração;
- f. Fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício de 2020.

INSTRUÇÕES GERAIS:

- 1. DOCUMENTOS:** Conforme o artigo 10 do estatuto social da Companhia os acionistas deverão apresentar documento hábil de identidade e comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade ou para os acionistas participantes da custódia fungível o extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pela instituição de custódia fungível ou outro órgão competente, até 2 dias úteis antes da data de realização da Assembleia Geral;
- 2. PROCURADORES:** Os acionistas poderão se fazer representar por procurador constituído há menos de 1 ano que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que representem os condôminos. A firma da procuração poderá ser reconhecida por semelhança ou autenticidade;
- 3. ENTREGA DOS DOCUMENTOS:** A Companhia solicita que os mandados e demais documentos de representação na Assembleia sejam encaminhados com antecedência de no mínimo 48 horas da data de realização da Assembleia para o seguinte endereço: Rodovia Federal BR-470, Km 212,930, Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul Brasil – CEP 95707-540, aos cuidados do Sr. Guilherme Possebon de Oliveira, Gerente de RI. Para facilitar a participação dos acionistas a Companhia receberá os documentos por e-mail (dri@unicasamoveis.com.br) com a entrega dos respectivos originais no dia da reunião. Em cumprimento à Instrução CVM nº 481/09, em seu artigo 5º, parágrafo 2º, o acionista que comparecer à assembleia, munido dos documentos exigidos poderá dela participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.
- 4. VOTO A DISTÂNCIA:** A Companhia informa que as instruções para o voto a distância constam da Proposta da Administração.
- 5. VOTO MÚLTIPLO:** Em cumprimento à Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 282, de 26 de junho de 1998, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia, necessário à requisição de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento).
- 6. INFORMAÇÃO À DISPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS:** Os documentos relacionados no art. 133 da Lei das S.A. foram publicados no Jornal do Comércio e no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul no dia 13 de março de 2020, estando à disposição

dos acionistas, juntamente com a Proposta da Administração e demais documentos relativos à ordem do dia, na sede da Companhia, podendo também ser consultados nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.unicasamoveis.com.br/ri), em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM nº 481/2009.

Bento Gonçalves, RS, 17 de março de 2020.

Gelson Luis Rostirolla

Presidente do Conselho de Administração

Esse edital de convocação será publicado no Jornal do Comércio e no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, na edição do dia 01 de abril de 2020 e republicado nos dias 08 e 11 de abril de 2020.

3. ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAR DA ASSEMBLEIA GERAL

3.1. PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL

Os acionistas e/ou seus representantes que desejarem participar da Assembleia Geral deverão se apresentar alguns minutos antes do horário indicado, portando os seguintes documentos, conforme previsto no artigo 10 do Estatuto Social da Companhia:

(i) documento hábil de identidade: A Companhia considerará como documento hábil de identidade os seguintes documentos com foto recente: (a) carteira de identidade nacional (RG); (b) carteira de identidade de registro de estrangeiro (RNE); (c) passaporte válido; (c) carteira de classe expedida por órgão oficial. Se for investidor pessoa jurídica deve portar o original ou cópia autenticada dos documentos societários devidamente registrados nos órgãos oficiais e que identifiquem a forma de representação legal da pessoa jurídica (sugere-se portar a Ata de Eleição ou Certidão emitida pela Junta Comercial e o Estatuto Social ou o Contrato Social). No caso dos fundos de investimento e das pessoas jurídicas estrangeiras, os documentos de representação devem ser notariados e consularizados, não sendo necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for o português, o inglês ou o espanhol. Documentos redigidos em outras línguas, só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para uma destas três línguas.

(ii) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, até 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia Geral;

(iii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do procurador do acionista, o qual deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e ser acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos; e

(iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido, pela instituição responsável pela custódia fungível ou outro órgão competente, no máximo 2 (dois) dias antes da data da realização da Assembleia Geral.

3.2. PARTICIPAÇÃO VIA BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

A Companhia disponibilizará o sistema de votação a distância estabelecido pelo artigo 21-A da Instrução CVM 481.

Nesse sentido, os acionistas poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias da Assembleia:

- I. Por instruções de preenchimento transmitidas para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central;
- II. Por instruções de preenchimento transmitidas para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; ou
- III. Por boletim de voto a distância enviado diretamente à Companhia, no endereço: Rodovia BR 470 km 212,930, São Vendelino, CEP 95707-540, Bento Gonçalves/RS, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

Caso haja divergência entre eventual boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação do escriturador prevalecerá, devendo o boletim recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada.

Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar pessoalmente da Assembleia Geral, portando os documentos exigidos conforme o quadro acima, e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim sejam desconsideradas.

Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos à Rodovia BR 470 km 212,930, São Vendelino, CEP 95707-540, Bento Gonçalves/RS, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

- (a) Via física do Boletim de Voto devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (b) Cópia dos documentos descritos no item 4 acima, conforme o caso.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas dos documentos referidos em (a) e (b) acima para o endereço eletrônico dri@unicasamoveis.com.br, sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original do boletim de voto e das cópias dos demais documentos requeridos, para a Rodovia BR 470 km 212,930, São Vendelino, CEP 95707-540, Bento Gonçalves/RS, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

Uma vez recebidos os documentos referidos em (a) e (b) acima, a Companhia avisará ao acionista acerca de seu recebimento e se o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido ou da necessidade de retificação ou reenvio do boletim ou de outros documentos que o acompanham, nos termos da Instrução CVM nº 481.

Os documentos referidos em (a) e (b) acima deverão ser recebidos em até 7 dias antes da data da Assembleia Geral Ordinária, ou seja, até 09 de abril de 2020 (inclusive). Eventuais boletins de voto recepcionados pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância.

4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009, a Unicasa apresenta a proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 16 de abril de 2020, com base no Edital de Convocação:

a. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2019 acompanhadas do Relatório do Auditor Independente;

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia preparadas pela Administração, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, e publicados no dia 13 de março de 2020 nos jornais Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e Jornal do Comércio, foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 12/03/2020.

Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras expressam a situação econômico-financeira da Companhia, bem como as mutações patrimoniais ocorridas no exercício social findo, permitindo aos acionistas avaliar a situação patrimonial e o nível de lucratividade da Companhia.

As Demonstrações Financeiras são elaboradas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019. Essas Demonstrações compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado. As Demonstrações Financeiras são complementadas por notas explicativas que têm por fim auxiliar os acionistas na análise e entendimento dessas Demonstrações.

Relatório da Administração

Acompanha as Demonstrações Financeiras o Relatório da Administração, documento que apresenta informações de caráter financeiro, como, por exemplo, as principais contas da Demonstração do Resultado do exercício social encerrado e também informações de caráter não financeiro, estatísticas e operacionais, tais como informações relacionadas aos funcionários da Companhia, à sua responsabilidade social,

à sua governança corporativa e ao mercado de capitais de uma forma bastante abrangente.

Parecer dos Auditores Independentes

A BDO RCS Auditores Independentes SS examinou as Demonstrações Financeiras e emitiu parecer concluindo que elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e das suas controladas em 31 de dezembro de 2019.

Documentos Apresentados pela Administração da Companhia

Encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, em sua página de Relações com Investidores (<http://www.unicasamoveis.com.br/ri>) e nos sites da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), os seguintes documentos relativos a esse item da ordem do dia:

- I. Relatório da Administração;
- II. Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2019;
- III. Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia requeridos pelo item 10 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM nº 480, que também constam do **Anexo I** desta Proposta;
- IV. Parecer dos Auditores Independentes;
- V. Formulário DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas).

b. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;

O Conselho de Administração da Companhia deliberou, em reunião realizada em 12 de março de 2020, “*ad referendum*” da Assembleia Geral Ordinária, aprovar a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$17.983.960,65 (dezessete milhões, novecentos e oitenta e três mil, novecentos e sessenta reais e sessenta e cinco centavos), da seguinte forma:

(i) R\$899.198,03 (oitocentos e noventa e nove mil, cento e noventa e oito reais e três centavos) serão destinados à reserva legal;

(ii) R\$17.084.762,62 (dezessete milhões, oitenta e quatro mil, setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos) serão destinados para o pagamento de dividendos obrigatórios ao acionistas, sendo que R\$5.002.737,75 (cinco milhões, dois mil, setecentos e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos), serão pagos a título de juros sobre capital próprio, imputados aos dividendos obrigatórios, já definidos para o pagamento, conforme a reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de dezembro de 2019, e, R\$12.082.024,87 (doze milhões, oitenta e dois mil, vinte e quatro reais e oitenta

e sete centavos) serão pagos a título de dividendos obrigatórios complementares.

O **Anexo II** desta Proposta apresenta todas as informações referentes à destinação do lucro líquido do exercício exigidas pelo Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

c. Definir o número de membros do Conselho de Administração a serem eleitos

De acordo com o previsto no art. 14, do estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos.

Nos termos do art. 15, do Regulamento do Novo Mercado, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, devem ser conselheiros independentes tais como definidos no Regulamento do Novo Mercado.

A proposta para a Assembleia Geral Ordinária a se realizar no dia 16 de abril de 2020 é a eleição de 5 (cinco) membros.

Caso não haja pedido de adoção do processo de voto múltiplo e os titulares de ações com direito a voto não exerçam o direito de eleição em separado previsto no art. 141, §4º, da Lei n. 6.404/76, serão eleitos por votação majoritária 5 (cinco) membros para o Conselho de Administração da Companhia, por indicação dos acionistas controladores, conforme abaixo.

Na forma do disposto no art. 141, §7º, da Lei n. 6.404/76, independentemente do número de conselheiros que, segundo o estatuto, componha o Conselho de Administração, caso a eleição do Conselho de Administração se dê pelo sistema do voto múltiplo e, cumulativamente, os titulares de ações ordinárias exercerem a prerrogativa de eleger conselheiro de acordo com o art. 141, §4º, da Lei n. 6.404/76, será assegurado aos acionistas controladores o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um.

Assim, embora a administração proponha a fixação de 5 (cinco) membros efetivos para composição do Conselho de Administração, se houver cumulação do procedimento de voto múltiplo e do voto em separado e, dependendo da efetiva presença e alocação dos votos, o conselho poderá ser composto por até 6 (seis) membros.

d. Eleger os membros do Conselho de Administração para um mandato de dois anos;

Para a eleição dos membros do Conselho de Administração que cumprirão mandato desde a Assembleia Geral Ordinária de 2020 até a Assembleia Geral Ordinária de 2022, foram indicados os seguintes candidatos:

Candidato a membro independente do Conselho de Administração: Sr. Giuliano Silvio Dedini Zorziotti.

Candidato a membro independente do Conselho de Administração: Sr. Daniel Ferreira Maia de Freitas.

Candidatos a membros do Conselho de Administração: Srs. Gelson Luis Rostirolla, Alexandre Grendene Bartelle e Gustavo Dall Onder.

Nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481, as informações sobre os candidatos a membros do Conselho de Administração integrantes da chapa proposta, que são exigidas pelos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência previsto pela Instrução CVM 480, incluindo os seus respectivos currículos, constam do **Anexo III-A** desta Proposta.

Candidatos concorrentes

Os acionistas ou grupo de acionistas que desejarem propor nomes para concorrer aos cargos no Conselho de Administração poderão fazê-lo, nos termos da regulamentação vigente.

Voto Múltiplo

Em cumprimento à Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 282, de 26 de junho de 1998, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da sociedade, necessário à requisição de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento).

Caso haja pedido de adoção do processo de voto múltiplo são atribuídos a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do conselho a serem eleitos, sendo permitida aos acionistas a cumulação de votos em um só candidato, ou a distribuição entre vários, na forma do art. 141, da Lei n. 6.404/76. Recebido o pedido de adoção do processo de voto múltiplo e verificado que ele atende ao disposto no art. 141, da Lei n. 6.404/76, a Companhia divulgará, por meio do Sistema IPE, que a eleição do Conselho de Administração poderá se dar por esse processo.

É importante mencionar que aqueles acionistas que exercerem o voto por meio de boletim de voto à distância poderão, se quiserem, antecipar seus votos na forma de voto múltiplo para o caso de eventual pedido ser apresentado dentro do prazo legal.

Eleição em separado

De acordo com o disposto no art. 141, §4º, da Lei n. 6.404/76 e com a decisão da CVM no Processo CVM RJ2005/5664, julgado em 11 de abril de 2006, poderão eleger e destituir um membro do Conselho de Administração da Companhia, em votação em separado na AGO, excluído o acionista controlador, a maioria dos acionistas titulares de, pelo menos, 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia.

Ressalta-se que, nos termos do § 6.º do art. 141 da Lei das S.A., somente poderão exercer o direito a requerer e participar da votação em separado os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização de AGO.

Conforme acima mencionado, na forma do disposto no art. 141, §7º, da Lei n. 6.404/76, independentemente do número de conselheiros que, segundo o estatuto, componha o Conselho de Administração, caso a eleição do Conselho de Administração se dê pelo sistema do voto múltiplo e, cumulativamente, os titulares de ações ordinárias exercerem a prerrogativa de eleger conselheiro de acordo com o art. 141, §4º, da Lei n. 6.404/76, será assegurado aos acionistas controladores o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um.

e. Caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração;

À luz do Regulamento do Novo Mercado, a independência dos membros do Conselho de Administração deve ser analisada em face de impedimentos objetivos – os quais, uma vez verificados, impedem a atribuição da qualificação de conselheiro independente – e os parâmetros subjetivos que levam em conta o relacionamento da pessoa com a Companhia, seu acionista controlador e administradores e a possibilidade de tal vínculo afetar a independência do conselheiro de administração.

Nesse sentido, nos termos do art. 16, § 1º, do Regulamento do Novo Mercado, são considerados impedimentos à caracterização de conselheiro independente:

- (i) ser acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
- (ii) ter o exercício do voto nas reuniões do Conselho de Administração vinculado por acordo de acionistas que tenham por objeto matérias relacionadas à Companhia;
- (iii) ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; ou
- (iv) ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da companhia ou do seu acionista controlador.

Verificada qualquer das hipóteses de impedimento, o candidato em questão pode ser eleito membro do Conselho de Administração, mas não poderá ser caracterizado como “conselheiro independente” em consonância com o Regulamento do Novo Mercado.

Caso o indicado não preencha nenhuma das hipóteses de impedimento acima referidas, devem ainda ser analisados determinados relacionamentos do candidato que, em função de suas características, magnitude e extensão, possam implicar perda da independência.

Segundo o § 2.º, do art. 16, do Regulamento do Novo Mercado, as relações que dependem de análise são as seguintes:

- (i) parentesco por afinidade, até segundo grau, do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador;
- (ii) relação de emprego ou de exercício de cargo de diretoria, nos últimos 3 (três) anos, de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- (iii) relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; e
- (v) recebe outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da Companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Importa ressaltar que, diferentemente das hipóteses de impedimento, a existência dos relacionamentos acima não implica, necessariamente, a perda da independência. O indicado poderá ser qualificado como “conselheiro independente” a depender da magnitude, extensão e características específicas do relacionamento.

O **Anexo III-B** contém as declarações encaminhadas pelos indicados a conselheiro independente, Srs. Daniel Ferreira Maia de Freitas e Giuliano Silvio Dedini Zorghiotti, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.

O **Anexo III-C** contém o relatório de análise do enquadramento dos candidatos como conselheiros independentes para fins do Regulamento do Novo Mercado, com base no qual a administração da Companhia propõe que os seguintes candidatos sejam declarados como conselheiros independentes para fins do Regulamento do Novo Mercado: (a) Daniel Ferreira Maia de Freitas; e (b) Giuliano Silvio Dedini Zorghiotti.

Desse modo, a administração propõe que os candidatos Daniel Ferreira Maia de Freitas e Giuliano Silvio Dedini Zorghiotti, caso eleitos, sejam conselheiros independentes.

f. Fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício de 2020.

Para o período de janeiro a dezembro de 2020, propõe-se que a Assembleia Geral aprove a fixação do montante global anual em até R\$3.715.100,00 (três milhões, setecentos e quinze mil e cem reais) para remuneração dos administradores, sendo até R\$288.000,00 (duzentos e oitenta e oito reais) para o Conselho de Administração e até R\$3.427.100,00 (três milhões, quatrocentos e vinte e sete mil e cem reais) para a Diretoria. O Conselho de Administração deverá distribuir tal verba entre os membros dos referidos órgãos, de acordo com a política de remuneração da Companhia.

A proposta de Remuneração dos Administradores, na forma especificada do Item 13 do Formulário de Referência, consta do **Anexo IV** desta Proposta.

5. ANEXO I – ICVM 481, ART. 9º, INCISO III

Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência.

10. Comentários dos diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, vendemos 594,8 mil módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$149,35 milhões, um EBITDA de R\$28,74 milhões e um lucro líquido de R\$17,98 milhões.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, vendemos 631,4 mil módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$149,31 milhões, um EBITDA positivo de R\$10,48 milhões e um resultado positivo de R\$3,39 milhões.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, vendemos 787,3 mil módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$157,94 milhões, um EBITDA negativo de R\$4,11 milhões e um resultado negativo de R\$6,36 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, contávamos com uma rede de distribuição de vendas com:

(i) 185 revendas Exclusivas;

(ii) 160 lojas Multimarcas e Pontos de Venda em Magazines (“Pontos de Venda Multimarcas”) e

(iii) no exterior contamos com 14 revendas Exclusivas e 35 lojas Multimarcas.

Nossos Diretores entendem que apresentamos condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o plano de negócio da Companhia e cumprir as obrigações de curto e médio prazo. O capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os recursos de caixa são suficientes para atender o financiamento das atividades e cobrir a necessidade de recursos de curto e médio prazo. Adicionalmente, nossos Diretores consideram que o parque fabril apresenta condições suficientes para atender à atual demanda, comportando inclusive a expansão de nossa capacidade

produtiva sem a necessidade de realização de investimentos significativos em máquinas e equipamentos no médio prazo.

Em 31 de dezembro de 2019, nosso ativo circulante foi de R\$124,35 milhões (R\$98,84 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$84,51 milhões em 31 de dezembro de 2017) e superava em R\$65,15 milhões o nosso passivo circulante de R\$58,20 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 2,10 (2,89 em 31 de dezembro de 2018 e 2,20 em 31 de dezembro de 2017), isto é, para cada R\$1,00 de passivo circulante a companhia possui R\$2,10 de ativo circulante. Não possuímos dívidas bancárias em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. Nosso caixa líquido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$69,93 milhões (R\$41,60 milhões em 31 de dezembro de 2018, R\$29,47 milhões em 31 de dezembro de 2017). A seguir elencamos alguns índices de liquidez, nos três últimos exercícios sociais:

Índices de liquidez	2019	2018	2017
Liquidez geral	2,15	2,84	2,54
Liquidez corrente	2,10	2,89	2,20
Liquidez seca	1,76	2,26	1,68

A seguir elencamos alguns índices de rentabilidade, nos três últimos exercícios sociais:

Índices de rentabilidade	2019	2018	2017
Retorno s/ patrimônio líquido	11,2%	2,0%	-3,8%
Margem líquida	12,0%	2,3%	-4,0%
Margem Bruta	39,8%	38,9%	42,4%
Margem EBIT	13,4%	0,9%	-9,2%

A seguir elencamos dados do Patrimônio Líquido, Endividamento e Posição de caixa:

PL, Endividamento e Caixa Líquido	2019	2018	2017
Patrimônio líquido	160.042	171.266	167.872
Empréstimos e financiamentos (CP e LP)	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	45.561	28.788	29.473
Aplicações Financeiras	3.224	3.036	-

(b) estrutura de capital

A Companhia possui uma estrutura de capital que não depende de capitais de terceiros para condução dos negócios. Realizamos nossos investimentos tanto fixos, quanto em capital de giro com recursos próprios.

Hipóteses de resgate

Não se aplica, pois a Companhia não tem ações resgatáveis emitidas.

Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica, pois a Companhia não tem ações resgatáveis emitidas.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Temos cumprido todas as obrigações referentes aos nossos compromissos financeiros, bem como mantido a regularidade dos pagamentos desses compromissos.

Balço patrimonial	2019	2018	2017
Ativo circulante	124.350	98.844	84.506
Ativo não circulante	103.903	118.138	131.857
Passivo circulante	59.198	34.247	38.445
Passivo não circulante	9.013	11.469	10.046
Patrimônio líquido	160.042	171.266	167.872

Analisando a nossa dívida e disponibilidade líquida ao longo dos períodos, nossos Diretores acreditam que temos liquidez e recursos de capital suficientes para cumprir com nossos investimentos, despesas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Se houver qualquer mudança no perfil de nossa dívida, caso seja necessário contrair empréstimos para financiar nossos investimentos e capital de giro, acreditamos ter capacidade para contratá-los junto a instituições financeiras de primeira linha.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

Detemos capacidade de financiar nossas operações e investimentos atuais com recursos próprios. Entretanto, poderemos recorrer a fontes de financiamento sempre que os custos destes recursos sejam suficientemente baixos no julgamento de nossa administração para gerarem valor aos nossos acionistas.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não temos deficiências de liquidez, não tivemos no passado e não há indícios de que esta situação possa ocorrer. O nosso capital de giro e nossos investimentos são financiados com recursos próprios.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não possuímos endividamento bancário e contratos de financiamento em aberto. A Companhia não possui instrumentos

financeiros derivativos em aberto, nem possuiu em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos exercícios findos nas datas acima.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existem financiamentos contratados e não utilizados.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Esta seção trata da análise de nossas demonstrações de resultado, nossos fluxos de caixa e nossos balanços patrimoniais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, além das variações percentuais para os respectivos períodos. As informações financeiras aqui incluídas foram obtidas e devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e em IFRS, e auditadas pelos auditores independentes da Companhia.

As Práticas Contábeis Adotadas no Brasil referem-se às práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, incorporando as alterações trazidas pela Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelas normas regulamentares da CVM e pelos pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Comparação das demonstrações de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Demonstração de Resultados (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2019	AV ⁽¹⁾ (%)	2018	AV ⁽¹⁾ (%)	Δ	AH ⁽²⁾ 2019/2018
Receita bruta de vendas	193.827	129,8%	196.255	131,4%	(2.428)	-1,2%
Mercado interno	180.319	120,7%	187.923	125,9%	(7.604)	-4,0%
Mercado externo	13.508	9,0%	8.332	5,6%	5.176	62,1%
Deduções de vendas	(44.477)	-29,8%	(46.949)	-31,4%	2.472	-5,3%
Receita líquida de vendas	149.350	100,0%	149.306	100,0%	44	0,0%
Custo dos produtos vendidos	(89.892)	-60,2%	(91.161)	-61,1%	1.269	-1,4%
Lucro bruto	59.458	39,8%	58.145	38,9%	1.313	2,3%
Despesas com vendas	(26.931)	-18,0%	(35.679)	-23,9%	8.748	-24,5%
Despesas gerais e administrativas	(15.328)	-10,3%	(24.168)	-16,2%	8.840	-36,6%
Outras receitas operacionais, líquidas	2.792	1,9%	3.099	2,1%	(307)	-9,9%
Lucro Operacional	19.991	13,4%	1.397	0,9%	18.594	1331,0%
Despesas financeiras	(2.392)	-1,6%	(1.295)	-0,9%	(1.097)	84,7%
Receitas financeiras	7.577	5,1%	6.467	4,3%	1.110	17,2%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.176	16,9%	6.569	4,4%	18.607	283,3%
Imposto de renda e contribuição social	(7.192)	-4,8%	(3.175)	-2,1%	(4.017)	126,5%
Correntes	(4)	0,0%	-	0,0%	(4)	n/a
Diferidos	(7.188)	-4,8%	(3.175)	-2,1%	(4.013)	126,4%
Lucro líquido do exercício	17.984	12,0%	3.394	2,3%	14.590	429,9%

⁽¹⁾ Análise vertical (participação percentual dos itens sobre a receita líquida de vendas no mesmo período).

⁽²⁾ Análise horizontal (variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

No último trimestre de 2019, a receita líquida da Companhia cresceu 6,6%, maior índice de crescimento desde que abrimos o capital. Esse resultado foi puxado pelo desempenho de nossas revendas multimarcas, corporativo e exportação. Nas revendas exclusivas, apesar de um índice de *Same Store Sales* positivo em quase todas as marcas, ainda pesa o efeito do fechamento de lojas. Ao analisarmos a rede de distribuição no encerramento do 4T19, observa-se que ela está 16% menor do que no 4T18. Se desconsiderássemos o efeito das lojas fechadas e o do fechamento das lojas próprias, nossa receita teria apresentado crescimento de 13,8%. Se, ainda assim, considerarmos que as lojas novas fazem contrapartida às lojas fechadas e considerarmos apenas o SSS e os demais canais de venda, nossa receita teria apresentado crescimento de 8,9%.

Também é notável a redução de, aproximadamente, 30% nas despesas operacionais, no efeito ano contra ano. Grande parte oriunda das despesas de atendimento a clientes de lojas fechadas, que tem reduzido, principalmente, devido a decisões que tomamos para mudar nosso processo de captação de lojistas. Hoje, os investidores captados estão mais alinhados com a filosofia da Companhia, contribuindo para que os fechamentos sejam menos danosos. Outro fator que contribui para a redução dessa despesa é que temos menos operações concentradas em um único lojista. Entendemos que as despesas de atendimento a clientes de lojas fechadas estão atingindo um patamar aceitável para o negócio.

Ao longo dos últimos anos, vínhamos executando um processo de depuração de nossa rede de distribuição. Trabalhamos no sentido de não repor fechamentos de lojas em locais com baixo potencial de consumo (o que tornaria excessivamente desafiador a sustentação dessas operações) e/ou de mudar a localização de lojas. Entendemos que esse processo encerrou (naturalmente, ainda ocorrerão encerramentos de operações, mas dentro de uma normalidade) e passamos a dar mais ênfase na abertura de lojas em locais em que o potencial de consumo não está sendo adequadamente atendido por marcas da Companhia. Assim, no segundo semestre de 2019, criamos uma área de

expansão, com o objetivo de captar novos lojistas para esses locais, essa estrutura representa um acréscimo nas nossas despesas com vendas.

Promovemos alterações na Diretoria da Companhia, foram nomeados novos Diretores Presidente, Comercial e Industrial, todos funcionários que já ocupavam cargos executivos na organização.

Os principais índices de desempenho confirmam o resultado dos pontos comentados anteriormente. Podemos destacar a margem EBITDA que atingiu 19,2%, valor próximo ao período pré-crise de 2012, que foi de 20,1%. A margem líquida, atingiu 12%. O ROIC foi de 12,2% ante 0% em 2018. Além da redução das despesas operacionais, cabe ressaltar o aumento de 1 p.p. na margem bruta no comparativo ano contra ano e de 2,3 p.p. no trimestre.

Nossos investimentos no mercado externo também tiveram resultados expressivos, o canal cresceu 62% em 2019. Por conta da magnitude que esperamos desse canal, abrimos, em julho, um escritório nos Estados Unidos. Seu principal objetivo é o de dar suporte às lojas, além de estarmos mais próximos ao mercado local. Temos vários desafios operacionais a vencer ainda, de forma a permitir que a Companhia possa escalar um modelo que seja mais adequado a esse mercado. No início de 2020, participamos da feira KBIS (Kitchen & Bath Industry Show) em Las Vegas com a marca Dell Anno, nossa segunda participação nessa feira, desta vez de forma mais representativa, com um estande mais amplo e uma equipe maior envolvida. Tivemos feedbacks excelentes de investidores com relação aos produtos.

No último trimestre de 2019, a Administração decidiu pela redução do Capital Social da Companhia. Com base nas projeções de caixa, investimentos previstos para os próximos anos e a geração de caixa do negócio, concluímos que a Companhia possuía caixa em excesso e decidimos pela restituição aos acionistas de, aproximadamente, R\$24,3 milhões. A redução do Capital Social totalizou, considerando movimentos contábeis de absorção de prejuízos e reservas, aproximadamente, R\$41 milhões.

O resultado operacional, assim como a forte geração de caixa no ano, R\$27,9 milhões, possibilitou a distribuição de 100% do lucro líquido ajustado, R\$17,1 milhões, que,

somando à restituição de capital, totaliza distribuição de R\$41,4 milhões aos acionistas. A data para pagamento do juro sobre o capital próprio e do dividendo adicional proposto será deliberada na assembleia geral que tem data prevista de realização para o dia 16 de abril de 2020.

Nosso muito obrigado a todos que contribuíram para a construção do resultado da Unicasa.

Receita Bruta de Vendas

Nossa receita bruta de vendas no mercado interno e externo atingiu R\$193,83 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma redução de 1,2% ou R\$2,43 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2018. A redução da receita bruta de vendas ocorreu, principalmente, devido à queda de 10,8% nas vendas no mercado interno, conforme explicado abaixo. A receita bruta do mercado interno representou 93,1% e do mercado externo 6,9% do total da receita bruta de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e 95,8% e 4,2%, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Mercado Interno

Nossa receita bruta de vendas para o mercado interno atingiu R\$180,32 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma redução de 4,0%, comparados aos R\$187,92 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

No ano de 2019 vendemos para o mercado interno um volume de 547,39 mil módulos redução de 8,59% em relação ao volume vendido em 2018 que foi de 598,85 mil módulos.

Durante 2019, encerramos 35 lojas, redução de 16% na rede de distribuição.

Mercado Externo

Nossa receita bruta de vendas para o mercado externo atingiu R\$ 13,44 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um crescimento de 61,3%, comparados aos R\$8,33 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Em 2019 o número de módulos vendidos foi de 47,41 mil módulos, já em 2018 o volume foi de 32,48 mil módulos. As vendas ao mercado externo

são afetadas por oscilações significativas em função das especificidades dos projetos comercializados e pela oscilação da moeda externa.

Deduções de Vendas

As deduções de vendas atingiram R\$44,47 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, queda de 5,3%, comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, conforme descrito abaixo.

Impostos sobre as Vendas

Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). Os impostos sobre vendas (ICMS, PIS, COFINS e CPRB) atingiram R\$34,76 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma redução de 7%, comparados aos R\$37,36 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, correspondendo, nos respectivos períodos, a 19,3% e 19,9% de nossa receita do mercado interno.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as vendas atingiu R\$8,08 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, redução de 2,6% quando comparado aos R\$8,29 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, correspondendo aos respectivos períodos, a 4,2% e 4,4% de nossa receita bruta de vendas.

Devoluções e Abatimentos

As devoluções de vendas atingiram R\$0,64 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, aumento de R\$0,37 milhão quando comparado aos R\$0,26 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, correspondendo, nos respectivos períodos, a 0,4% e 0,2% de nossa receita líquida de vendas. Esse aumento deve-se a uma devolução pontual.

Ajuste a Valor Presente

O valor do Ajuste a Valor Presente (AVP) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$0,99 milhão, o que representou um aumento de 3,9% ou R\$0,04 milhão, comparado aos R\$1,04 milhão do exercício encerrado em 31 de

dezembro de 2018, representando 0,5% e 0,5% respectivamente de nossa receita bruta de vendas.

Receita Líquida de Vendas

Em razão dos fatores acima descritos, nossa receita líquida de vendas atingiu R\$149,35 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, praticamente no mesmo nível da receita de 2018, que foi de R\$149,31 milhões.

Custos dos Produtos Vendidos

Nosso custo dos produtos vendidos atingiu R\$89,89 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de 1,4% ou R\$1,27 milhão, comparado aos R\$91,16 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O custo dos produtos vendidos em 2019 representou 60,2% da receita líquida de vendas e 61,1% no ano de 2018.

Lucro Bruto

Nosso lucro bruto atingiu R\$59,46 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de 2,3% ou R\$1,31 milhão, comparados aos R\$58,15 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A margem bruta aumentou 0,9 p.p., passando de 38,9% para 39,8%. O aumento da margem ocorreu, principalmente, devido à melhoria do mix de venda, aumento de 2,2 p.p. Esse aumento foi compensado parcialmente pelos seguintes fatores: (i) venda de matéria prima de itens que foram descontinuados durante o ano de 2019 em virtude de melhorias em produtos, redução de 1,2 p.p. Durante o ano diversos produtos foram alterados e o saldo remanescente de seus estoques vendidos. Essa venda não gera prejuízo para a Companhia, entretanto, a margem é significativamente menor do que nos demais canais de venda; e, (ii) GGF's praticamente estáveis, contribuindo para a oscilação de 0,1 p.p.

Despesas e Receitas Operacionais

Nossas despesas operacionais atingiram R\$39,48 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma queda de 30,5% ou R\$17,28 milhões, comparados aos R\$56,75 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, correspondendo nos respectivos períodos, a 26,4% e 38,0% da nossa receita líquida de vendas. A queda das despesas operacionais decorreu principalmente dos fatores listados a seguir:

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

Nossas despesas com vendas gerais e administrativas atingiram R\$42,26 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma queda de 29,4% em relação aos R\$59,85 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, correspondendo nos respectivos períodos a 28,3% e 40,1% da nossa receita líquida de vendas. Essa queda decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- I. As despesas com consumidores foram R\$10,7 milhões menores do que em 2018. Essas despesas compreendem gastos com mercadoria, frete e montagem de consumidores finais que não foram atendidos por lojas fechadas e estão sendo atendidos diretamente pela fábrica e processos judiciais.
- II. As despesas com lojas próprias foram R\$5,4 milhões menores devido ao encerramento da operação conforme divulgado no release do 4T16.
- III. As despesas com provisão para devedores duvidosos foram R\$1,0 milhão menores do que em 2018.
- IV. A amortização de pontos comerciais reduziu R\$0,6 milhão devido ao encerramento da amortização de um de nossos pontos comerciais, que se encerrou em maio/18.
- V. O aumento nas demais despesas é oriunda, principalmente, do gasto com pessoal no novo escritório da Companhia nos Estados Unidos e com a nova área de expansão

Outras Receitas e Despesas Operacionais, Líquidas.

Nossas outras receitas e despesas operacionais, líquidas, atingiram R\$2,79 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma queda de 9,9%, comparado aos R\$3,10 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando respectivamente 1,9% e 2,1% da receita líquida de vendas de vendas. A principal variação nesse grupo decorre da menor receita com prêmio bancário.

Lucro (Prejuízo) operacional

O resultado operacional foi de lucro de R\$19,99 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de 1331% ou R\$18,59

milhões, comparando com R\$1,40 milhão do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, correspondendo, nos respectivos períodos, a 13,4% e 0,9% da nossa receita líquida de vendas.

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras atingiram R\$2,40 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de 84,6% ou R\$1,10 milhão comparados aos R\$1,30 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Nossas despesas financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 corresponderam, respectivamente a 1,6% e 0,9% da nossa receita líquida de vendas. A principal variação desse grupo é oriundo de despesas com variação cambial.

Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras atingiram R\$7,58 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de 17,2% ou R\$1,11 milhão, comparados aos R\$6,47 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento decorre do maior volume financeiro em aplicações financeiras durante o exercício de 2019.

Nossas receitas financeiras, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, corresponderam, respectivamente, a 5,1% e 4,3% da nossa receita líquida de vendas.

Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social apresentou lucro de R\$25,18 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de 283,3% ou R\$18,61 milhões, comparados ao lucro antes de Imposto de Renda e da Contribuição Social de R\$6,57 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, correspondendo, nos respectivos períodos a 16,9% e 4,4% da nossa receita líquida de vendas.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

No exercício de 2019, assim como no de 2018, devido ao prejuízo fiscal, não ocorreu recolhimento de imposto de renda corrente. No ano de 2019, esse efeito decorre basicamente pelo benefício fiscal advindo do Juros sobre o Capital Próprio, enquanto em 2018 o prejuízo fiscal ocorreu devido ao baixo resultado da Companhia.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido

A constituição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido refletem as diferenças temporárias entre a base de cálculo societária e fiscal.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, tivemos lucro líquido de R\$17,98 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de 429,9% ou R\$14,59 milhões, comparado com o lucro líquido de R\$3,39 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 correspondendo, nos respectivos períodos a 12,0% e 2,3% da nossa receita líquida de vendas.

Comparação das demonstrações de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Demonstração de Resultados (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2018	AV ⁽¹⁾ (%)	2017	AV ⁽¹⁾ (%)	Δ	AH ⁽²⁾ 2018/2017
Receita bruta de vendas	196.255	131,4%	216.741	137,2%	(20.486)	-9,5%
Mercado interno	187.923	125,9%	210.683	133,4%	(22.760)	-10,8%
Mercado externo	8.332	5,6%	6.058	3,8%	2.274	37,5%
Deduções de vendas	(46.949)	-31,4%	(58.800)	-37,2%	11.851	-20,2%
Receita líquida de vendas	149.306	100,0%	157.941	100,0%	(8.635)	-5,5%
Custo dos produtos vendidos	(91.161)	-61,1%	(90.931)	-57,6%	(230)	0,3%
Lucro bruto	58.145	38,9%	67.010	42,4%	(8.865)	-13,2%
Despesas com vendas	(35.679)	-23,9%	(58.371)	-37,0%	22.692	-38,9%
Despesas gerais e administrativas	(24.168)	-16,2%	(24.910)	-15,8%	742	-3,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	3.099	2,1%	1.675	1,1%	1.424	85,0%
Lucro Operacional	1.397	0,9%	(14.596)	-9,2%	15.993	-109,6%
Despesas financeiras	(1.295)	-0,9%	(2.614)	-1,7%	1.319	-50,5%
Receitas financeiras	6.467	4,3%	7.218	4,6%	(751)	-10,4%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.569	4,4%	(9.992)	-6,3%	16.561	-165,7%
Imposto de renda e contribuição social	(3.175)	-2,1%	3.635	2,3%	(6.810)	-187,3%
Correntes	-	0,0%	-	0,0%	-	#DIV/0!
Diferidos	(3.175)	-2,1%	3.635	2,3%	(6.810)	-187,3%
Lucro líquido do exercício	3.394	2,3%	(6.357)	-4,0%	9.751	-153,4%

⁽¹⁾ Análise vertical (participação percentual dos itens sobre a receita líquida de vendas no mesmo período).

⁽²⁾ Análise horizontal (variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

Mensagem da Administração

Prezados acionistas.

Por conta de todo o cenário socioeconômico que o Brasil está envolvido, o ano de 2018 foi desafiador. Todavia, já começamos a colher alguns frutos que plantamos nos últimos anos: (i) nosso critério de homologação de lojistas mais rígido (perfil, garantias, capacidade financeira, etc.) já resulta em menos riscos nas operações; além disso, (ii) o nosso processo de depuração de rede nos levou a focar esforços nas operações mais relevantes e alinhadas ao propósito de nossas marcas, traduzindo-se numa rede mais homogênea. Essas ações já podem ser percebidas em nossos números de despesas com atendimento de consumidores. Além disso, se observamos a produtividade média por loja, em todas as marcas esse indicador cresceu, demonstrando que nossos lojistas também estão colhendo frutos de um mercado mais promissor, que apresentou tímidas melhoras ao longo do 2018.

Temos aplicado com êxito a ferramenta do NPS®. Diversas ações de melhorias na rede já têm sido feitas com base no feedback que recebemos de nosso consumidor. Essa métrica também está sendo aplicada em nosso Programa de Excelência, que premia as melhores lojas da rede e estabelece diretrizes de padronização do ponto de venda.

Durante este ano, ampliamos nossos investimentos no mercado externo. Em agosto divulgamos fato relevante sobre a assinatura de contrato com distribuidor de um produto criado especificamente para os Estados Unidos. A Administração da Companhia trabalhará para que esse relacionamento contribua na abertura do mercado norte americano a nossos produtos. Além disso, encerramos 2018 com 7 revendas Dell Anno no exterior (frente a 1 em 2017) na América do Norte.

Desconsiderados os efeitos de comercialização para consumidores finais (operação descontinuada pela Companhia) e da mudança de regime de contribuição do INSS, a nossa margem bruta passou por uma ligeira melhora, demonstrando nossa resiliência nesse período conturbado economicamente que envolveu pressão de fornecedores para aumento do custo de matéria-prima, assim como nossa precaução com a flexibilização das políticas de comercialização.

Já nas despesas operacionais, observa-se o resultado de nossa política mais austera na homologação de revendedores. As despesas com atendimento de consumidores e as de provisão para devedores duvidosos reduziram significativamente em relação a 2017. Fechamentos pontuais que ocorreram recentemente não provocaram impactos relevantes no resultado da Companhia. Adicionalmente, percebe-se que as despesas de uma forma geral estão menores que em períodos anteriores, fruto dos esforços da administração para adequar a Companhia ao cenário mais restritivo.

Ao final de 2018, o caixa da Companhia está 41,1% maior do que no mesmo período do ano anterior. A geração de caixa foi de R\$12,1 milhões de reais. A Companhia não possui dívidas bancárias.

Por fim, a Administração entende que os resultados ainda estão aquém do esperado da Companhia, mas convictos de que nossas ações entregarão um retorno adequado ao risco do negócio.

Nosso muito obrigado aos nossos clientes, funcionários, revendedores, fornecedores e acionistas pela confiança depositada em nosso trabalho.

Receita Bruta de Vendas

Nossa receita bruta de vendas no mercado interno e externo atingiu R\$196,25 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma redução de 9,5% ou R\$20,49 milhões, comparados aos R\$216,74 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. A redução da receita bruta de vendas ocorreu, principalmente, devido à queda de 10,8% nas vendas no mercado interno, conforme explicado abaixo. A receita bruta do mercado interno representou 95,8% e do mercado externo 4,2% do total da receita bruta de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, e 97,2% e 2,8%, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Mercado Interno

Nossa receita bruta de vendas para o mercado interno atingiu R\$187,92 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma redução de 10,8%, ou R\$22,76 milhões, comparados aos R\$210,68 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

No ano de 2018 vendemos para o mercado interno um volume de 598,85 mil módulos que representou uma queda de 21,30% ou 162,11 mil módulos em relação ao volume vendido em 2017 que foi de 760,96 mil módulos.

Durante 2018, encerramos 58 operações, redução de 21% na rede de distribuição. Conforme comentado na mensagem da administração, a redução é oriunda tanto por intervenções da Companhia como por consequência do cenário econômico do país e foi concentrada em operações de baixa produtividade.

Mercado Externo

Nossa receita bruta de vendas para o mercado externo atingiu R\$8,33 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou um crescimento de 37,5% ou R\$2,27 milhões, comparados aos R\$6,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Em 2018 o número de módulos vendidos foi de 32,48 mil módulos, já em 2017 foi de 26,36 mil módulos. As vendas ao mercado externo são afetadas por oscilações significativas em função das especificidades dos projetos comercializados e pela oscilação da moeda externa.

Deduções de Vendas

As deduções de vendas atingiram R\$46,95 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma queda de 20,2% ou R\$11,85 milhões, comparados aos R\$58,80 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, conforme descrito abaixo.

Impostos sobre as Vendas

Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). Os impostos sobre vendas (ICMS, PIS, COFINS e CPRB) atingiram R\$37,36 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma redução de 22,7% ou R\$10,96 milhões, comparados aos R\$48,31 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, correspondendo, nos respectivos períodos, a 19,9% e 22,9% de nossa receita do mercado interno. Essa redução decorre, principalmente, da alteração na forma de recolhimento da CPRB, que a partir do exercício de 2018 passou a ser realizada pela folha de pagamento, ao invés de pelo faturamento, conforme faculdade prevista na lei 12.546/2011.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as vendas atingiu R\$8,29 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma queda de 7,3% ou R\$0,65 milhão, comparados aos R\$8,94 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, correspondendo aos respectivos períodos, a 4,4% e 4,2% de nossa receita bruta de vendas.

Devoluções e Abatimentos

As devoluções de vendas atingiram R\$0,26 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de 6,5% ou R\$0,02 milhão, comparados aos R\$0,24 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, correspondendo, nos respectivos períodos, a 0,2% e 0,2% de nossa receita líquida de vendas.

Ajuste a Valor Presente

O valor do Ajuste a Valor Presente (AVP) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$1,04 milhão, o que representou uma redução de 19,9% ou

R\$0,26 milhão, comparado aos R\$1,30 milhão do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando 0,5% e 0,6% respectivamente de nossa receita bruta de vendas.

Receita Líquida de Vendas

Em razão dos fatores acima descritos, nossa receita líquida de vendas atingiu R\$149,31 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma redução de 5,5% ou R\$8,64 milhões, comparados aos R\$157,94 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Custos dos Produtos Vendidos

Nosso custo dos produtos vendidos atingiu R\$91,16 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de 0,3% ou R\$0,23 milhão, comparado aos R\$90,93 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O custo dos produtos vendidos em 2018 representou 61,1% da receita líquida de vendas e 57,6% no ano de 2017.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores acima descritos, nosso lucro bruto atingiu R\$58,14 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma queda de 13,2% ou R\$8,87 milhões, comparados aos R\$67,01 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A margem bruta diminuiu 3,5 p.p., passando de 42,4% para 38,9%. A redução da margem ocorreu devido a três principais fatores: (i) encerramento das lojas próprias, redução de 4,1 p.p.; (ii) venda de matéria prima de itens que foram descontinuados durante o ano de 2018 em virtude de melhorias em produtos, redução de 0,8 p.p. Durante o ano diversos produtos foram alterados e o saldo remanescente de seus estoques vendidos. Essa venda não gera prejuízo para a Companhia, entretanto, a margem é significativamente menor do que nos demais canais de venda; e, (iii) menor base de diluição dos GGF's, redução de 0,3 p.p. Nos gastos gerais de fabricação, a menor base para diluição da depreciação contribuiu para uma redução de 0,5 p.p. e a provisão para estoques obsoletos contribuiu para a redução de 0,9 p.p., já a redução da despesa de pessoal, contribuiu para o aumento de 1,1 p.p na margem. Essas reduções na margem, foram parcialmente compensadas por: (i) alteração da forma de recolhimento do INSS, aumento de 0,1 p.p., a Companhia passou a recolher a Contribuição Previdenciária pela folha de pagamento, conforme faculdade prevista na lei 12.546/2011; e, (ii) melhoria do mix de venda, aumento de 1,6p.p.

Despesas e Receitas Operacionais

Nossas despesas operacionais líquidas atingiram R\$56,75 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma queda de 30,5% ou R\$24,86 milhões, comparados aos R\$81,61 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, correspondendo nos respectivos períodos, a 38,0% e 51,7% da nossa receita líquida de vendas. A queda das despesas operacionais decorreu principalmente dos fatores listados a seguir:

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

Nossas despesas com vendas gerais e administrativas atingiram R\$59,85 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma queda de 28,1% ou R\$23,43 milhões, em relação aos R\$83,28 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, correspondendo nos respectivos períodos a 40,1% e 52,7% da nossa receita líquida de vendas. Essa queda decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- I. As despesas com consumidores foram R\$11,7 milhões menores do que em 2017. Essas despesas compreendem gastos com mercadoria, frete e montagem de consumidores finais que não foram atendidos por lojas fechadas e estão sendo atendidos diretamente pela fábrica e processos judiciais.
- II. As despesas com lojas próprias foram R\$6,1 milhões menores devido ao encerramento da operação conforme divulgado no release do 4T16.
- III. As despesas com pessoal, foram R\$3,2 milhões menores nesse exercício, compensada pelo aumento de R\$0,9 milhão em virtude da alteração na forma de recolhimento do INSS. Essa redução deve-se à adequação da estrutura da Companhia realizada ao longo de 2017 e 2018.
- IV. A amortização de pontos comerciais reduziu R\$1,8 milhão devido ao encerramento da amortização de um de nossos pontos comerciais, que se encerrou em maio/18.
- V. A redução nas demais despesas é oriunda, principalmente de redução nas despesas com viagens e provisão para devedores duvidosos.

Outras Receitas e Despesas Operacionais, Líquidas.

Nossas outras receitas operacionais, líquidas, atingiram R\$3,10 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de 85,0% ou R\$1,42 milhão, comparado aos R\$1,68 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando respectivamente 2,1% e 1,1% da receita líquida de vendas de vendas.

As principais variações nesse grupo são efeitos não recorrentes registrados no exercício de 2017: (i) reconhecimento pontual de provisão para desvalorização de imóveis mantidos para vendas, R\$1,6 milhão; (ii) receita pontual de venda de bandeira, R\$ 1,0 milhão. Efeitos não recorrentes registrados no exercício de 2018: (i) recuperação de depósitos judiciais baixados em períodos anteriores R\$165 mil; (ii) recuperação de créditos baixados como incobráveis em períodos anteriores, R\$125 mil; Créditos de impostos sobre exportação REINTEGRA, R\$122 mil; e, créditos extemporâneos de PIS e Cofins, R\$105 mil.

Lucro (Prejuízo) operacional

O resultado operacional foi de lucro de R\$1,40 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma diminuição do prejuízo de 109,6% ou R\$15,99 milhões, comparados ao prejuízo operacional de R\$14,60 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, correspondendo, nos respectivos períodos, a 0,9% e -9,2% da nossa receita líquida de vendas.

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras atingiram R\$1,30 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma diminuição de 50,5% ou R\$1,32 milhão comparados aos R\$2,61 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Tal variação ocorreu, principalmente, devido à redução nos descontos financeiros concedidos a clientes por liquidação de negociações contratuais. Nossas despesas financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 corresponderam, respectivamente a 0,9% e 1,7% da nossa receita líquida de vendas.

Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras atingiram R\$6,47 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma queda de 10,4% ou R\$0,75 milhão, comparados aos R\$7,22 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de

2017. Esta variação ocorreu, principalmente, devido à redução da receita com aplicações financeiras, devido à menor taxa SELIC em 2018.

Nossas receitas financeiras, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, corresponderam, respectivamente, a 4,3% e 4,6% da nossa receita líquida de vendas.

Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social apresentou lucro de R\$6,57 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de 165,7% ou R\$16,56 milhões, comparados ao prejuízo antes de Imposto de Renda e da Contribuição Social de R\$9,99 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, correspondendo, nos respectivos períodos a 4,4% e -6,3% da nossa receita líquida de vendas.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

No exercício de 2018, assim como no de 2017, devido ao prejuízo fiscal, não ocorreu recolhimento de imposto de renda corrente.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido

A constituição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido refletem as diferenças temporárias entre a base de cálculo societária e fiscal. No exercício de 2018, o principal efeito deve-se ao lucro da Companhia, frente ao prejuízo do exercício de 2017.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, tivemos lucro líquido de R\$3,39 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, revertendo o prejuízo de R\$6,46 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Um aumento de 153,4% ou R\$9,75 milhões do resultado, correspondendo nos respectivos períodos, a uma margem líquida de 2,3% e -4,0% da nossa receita líquida de vendas.

Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 comparado com o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018

Ativo	31/12/2018	AV	31/12/2019	AV	Δ
Ativo Circulante	98.844	45,6%	124.350	54,5%	+25,8%
Caixa e Equivalentes de Caixa	28.788	13,3%	45.561	20,0%	+58,3%
Aplicações Financeiras	9.774	4,5%	21.149	9,3%	+116,4%
Contas a Receber	28.485	13,1%	30.488	13,4%	+7,0%
Estoques	21.563	9,9%	20.198	8,8%	-6,3%
Adiantamentos e Antecipações	399	0,2%	416	0,2%	+4,3%
Empréstimos Concedidos	1.803	0,8%	1.055	0,5%	-41,5%
Despesas Antecipadas	1.992	0,9%	1.886	0,8%	-5,3%
Impostos a Recuperar	892	0,4%	2.058	0,9%	+130,7%
Outros Ativos Circulantes	5.148	2,4%	1.539	0,7%	-70,1%
Ativo Não Circulante	118.138	54,4%	103.903	45,5%	-12,0%
Aplicações Financeiras	3.036	1,4%	3.224	1,4%	+6,2%
Contas a Receber	8.326	3,8%	7.760	3,4%	-6,8%
Empréstimos Concedidos	1.439	0,7%	1.671	0,7%	+16,1%
Ativo Mantido para Venda	750	0,3%	532	0,2%	-29,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.063	6,0%	5.875	2,6%	-55,0%
Depósitos Judiciais	2.830	1,3%	1.997	0,9%	-29,4%
Outros Ativos Não Circulantes	1.539	0,7%	1.179	0,5%	-23,4%
Investimentos	20	0,0%	20	0,0%	+0,0%
Imobilizado	78.663	36,3%	74.762	32,8%	-5,0%
Intangível	8.472	3,9%	6.883	3,0%	-18,8%
Total do Ativo	216.982	100%	228.253	100%	5,2%
Passivo	31/12/2018	AV	31/12/2019	AV	Δ
Passivo Circulante	34.247	15,8%	59.198	25,9%	+72,9%
Fornecedores	2.299	1,1%	1.584	0,7%	-31,1%
Obrigações Tributárias	1.179	0,5%	1.841	0,8%	+56,1%
Dividendos e JCP a Pagar	-	0,0%	4.393	1,9%	n/a
Salários e Encargos Sociais	2.876	1,3%	2.663	1,2%	-7,4%
Adiantamento de Clientes	16.717	7,7%	17.063	7,5%	+2,1%
Provisões	5.485	2,5%	2.020	0,9%	-63,2%
Outros Passivos Circulantes	5.691	2,6%	5.368	2,4%	-5,7%
Devolução de capital aos acionistas	-	0,0%	24.266	10,6%	n/a
Passivo Não Circulante	11.469	5,3%	9.013	3,9%	-21,4%
Obrigações Tributárias	208	0,1%	77	0,0%	-63,0%
Provisões	11.261	5,2%	8.936	3,9%	-20,6%
Patrimônio Líquido	171.266	78,9%	160.042	70,1%	-6,6%
Capital Social	187.709	86,5%	147.000	64,4%	-21,7%
Reservas de Capital	(2.658)	-1,2%	-	0,0%	-100,0%
Reservas de Lucros	-	0,0%	899	0,4%	n/a
Ajustes Acumulados de Conversão	-	0,0%	61	0,0%	n/a
Dividendos Adicionais Propostos	-	0,0%	12.082	5,3%	n/a
Prejuízos Acumulados	(13.785)	-6,4%	-	0,0%	-100,0%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	216.982	100%	228.253	100%	+5,2%

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$45,56 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumentando 58,3% em comparação com R\$28,79 milhões em 31 de dezembro de 2018. Ao somarmos as linhas de caixa e equivalente de caixa e as de aplicações financeiras de curto e longo prazo, chega-se ao total de R\$69,93 milhões de reais, aumento de 68,1% em comparação com 2018, quando o saldo total era de R\$41,60 milhões. Esse aumento é decorrente da geração operacional de caixa da Companhia.

Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui R\$21,15 milhões em aplicações financeiras de liquidez não imediata (com vencimento acima de 90 dias), em 31 de dezembro de 2018 esse saldo era de R\$9,77 milhões. Essas aplicações estão indexadas a 102,4% do CDI.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2019, as contas a receber de clientes no circulante totalizaram R\$30,48 milhões, representando um aumento de 7,0% em relação ao montante de R\$28,49 milhões em 31 de dezembro de 2018.

O contas a receber (curto e longo prazo) encerrou o exercício de 2019 em R\$38,25 milhões, 3,9% maior do que em 31 de dezembro de 2018. O prazo médio de recebimento passou de 70,5 em 2018 para 74,1 em 2019, a principal alteração nessa rubrica refere-se à contabilização de contratos futuros que passou a registrada no contas a receber em 2019, além da dilação pontual do prazo para pagamento de alguns clientes em virtude do aumento de faturamento.

Estoques

Os estoques totalizaram R\$20,20 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 6,3% em relação a 31 de dezembro de 2018. Em 2019, o prazo médio de renovação dos estoques foi de 80,9 dias, em 2018 era de 85,2. Essa redução é oriunda dos esforços da Companhia na redução dos saldos de estoque.

Adiantamento e antecipações

A principal variação nessa rubrica é referente a saldo de adiantamento de férias concedidas a funcionários.

Empréstimos concedidos

Referem-se a empréstimos concedidos por nós a clientes, com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de vendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 10,86% ao ano. Em garantia destas operações possuímos cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau.

No curto prazo, os empréstimos concedidos totalizaram R\$1,05 milhão em 31 de dezembro de 2019, 41,5% menor.

No balanço, os empréstimos concedidos, totalizando curto e longo prazo, totalizaram R\$2,73 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 15,9%. A queda no saldo se refere à liquidação na condução normal das parcelas.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas totalizaram R\$1,89 milhão em 31 de dezembro de 2019, redução de 5,3%. Essa redução decorre do menor saldo de valores antecipados para despesas com publicidade.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$2,06 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de 130%. O aumento do saldo decorre de saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social pagos no exercício de 2019, mas que se tornaram em excesso em virtude do benefício fiscal do Juros Sobre Capital Próprio declarado em 11 de dezembro de 2019 pelo Conselho de Administração, conforme ata publicada nessa data. Esses saldos serão aproveitados durante o exercício de 2020.

Outros ativos circulantes

Os outros ativos circulantes totalizaram R\$1,54 milhão em 31 de dezembro de 2019, redução de 70%. A principal variação dessa rubrica refere-se a registro de ordens de câmbio de clientes do exterior, que foram transferidas para a linha de Caixa e Equivalentes de Caixa. Na mesma linha, foi alterado a contabilização de contratos

futuros oriundos de negociações com clientes corporativos, conforme determina o CPC 47, transferida para a rubrica de contas a receber.

Ativo Não Circulante

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do contas a receber de clientes no não circulante totalizou R\$7,76 milhões, apresentando uma queda de 6,8%. A variação do contas a receber, pode ser visualizada nas explicações dessa linha no curto prazo.

Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$1,67 milhão em 31 de dezembro de 2019, aumentando 16,1%. A variação dos empréstimos concedidos, pode ser visualizada nas explicações dessa linha no curto prazo.

Ativo mantido para venda

O ativo não circulante mantido para venda está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. Possuímos acordo com corretores especializados em vendas de imóveis e acreditamos que no curto prazo poderemos realizar a venda de tais ativos. Os valores são mantidos ao custo de aquisição sendo inferiores aos seus valores de mercado. O ativo mantido para venda totalizou R\$0,53 milhão em 31 de dezembro de 2019, redução de 29%. A diminuição à venda de bens realizadas durante 2019.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos totalizaram R\$5,88 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 55%.

A redução dessa rubrica deve-se principalmente à realização das provisões ao longo do exercício de 2019.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais totalizaram R\$2,00 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 29,4%. As reduções decorrem, principalmente, de processos cíveis e tributários. A redução, decorre, principalmente, do encerramento de processos. Todos os depósitos judiciais são devidamente provisionados no momento do bloqueio.

Outros ativos não circulantes

Os outros ativos não circulantes totalizaram R\$1,79 milhão em 31 de dezembro de 2019, redução de 23,4%. A variação nessa conta decorre, principalmente, da liquidação de parcelas da alienação das operações próprias mantidas pela Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

Investimentos

Não houve variação significativa nesta conta.

Imobilizado

Nosso imobilizado totalizou R\$74,76 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 5%. A redução decorre, principalmente, pela depreciação do imobilizado em maior nível do que as aquisições realizadas em 2019. A movimentação total do imobilizado pode ser observada na nota explicativa número 11 das demonstrações financeiras.

Intangível

Nosso intangível totalizou R\$6,88 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 18,8%. A redução decorre, principalmente, da amortização dos fundos de comércio.

Passivo Circulante

Fornecedores

Nosso saldo com fornecedores totalizou R\$1,58 milhão em 31 de dezembro de 2019, diminuindo 31,1%. A redução decorre do menor saldo de fornecedores indiretos, impacto que também pode ser observado nas despesas antecipadas.

Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$1,84 milhão em 31 de dezembro de 2019, aumento de 56,1%. A principal variação nessa rubrica é decorrente da alteração realizada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul que antecipou o vencimento de parte do ICMS de dezembro de 2018 para o mês de ocorrência do fato gerador. Através do decreto nº 54.348 de 26 de novembro de 2018, o Governo dividiu o ICMS do mês de dezembro em duas parcelas, um referente aos quinze primeiros dias do mês e outra referente aos demais dias. Sendo o vencimento da primeira parcela, ainda dentro do

mês de dezembro. Essa alteração, obrigou a Companhia a quitar a maior parte do ICMS do mês dentro do próprio mês de competência ao invés do vencimento normal no dia 20 do mês subsequente; e, (ii) não há mais saldo de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, R\$0,3 milhão em 31 de dezembro de 2017, que, por opção da Companhia, conforme faculdade prevista na lei 12.546/2011, passou a ser calculada sobre folha de pagamento. Assim, no exercício de 2018, essa obrigação está registrada na rubrica de Salários e Encargos Sociais.

Dividendos e JCP a pagar

Refere-se ao valor aprovado pelo Conselho de Administração em 11 de dezembro de 2019 para pagamento de juros sobre o capital próprio. Esse valor, foi imputado ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios. Sua data de pagamento será deliberada na assembleia que está prevista para realização em 16 de abril de 2020. A data proposta pela Administração da Companhia é 30 de abril de 2020.

Salários e encargos sociais

Nossos salários e encargos sociais totalizaram R\$2,66 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 7,4%. A redução decorre do menor número de funcionários e da variação de saldos de férias no encerramento dos períodos comparativos.

Adiantamentos de clientes

Nosso saldo de adiantamento de clientes totalizou R\$17,06 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de 2,1%.

Provisões

Nessa rubrica está registrada a provisão para cobrir obrigações de entrega de mercadorias a consumidores que adquiriram produtos de lojas que fecharam. Seu saldo totalizou R\$2,02 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 63%. A redução deve-se pela realização das obrigações da Companhia junto a esses consumidores.

Devolução de capital aos acionistas

Refere-se ao valor a restituir aos acionistas pela redução de capital aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de dezembro de 2019. Esse valor foi devolvido aos acionistas no dia 14 de fevereiro de 2020.

Outros passivos circulantes

Essa rubrica totalizou R\$5,37 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 5,7%.

Passivo Não Circulante

Obrigações Tributárias

O saldo dessa rubrica refere-se ao parcelamento de IPI e imposto de importação referente a processo que a Companhia mantinha em discussão referente ao aproveitamento de créditos tributários realizados em 2002. Este processo estava totalmente provisionado.

Provisões

Nessa rubrica são registradas as provisões para processos cíveis, trabalhistas e tributários. Elas totalizaram R\$8,80 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 20,6%. A variação dessa rubrica reflete a classificação de nossos assessores jurídicos referente às perdas envolvidas nos processos judiciais dos quais a Companhia é parte e seguem as normas contábeis para provisionamento. Nossa carteira de processo vem reduzindo significativamente ao longo dos últimos 3 anos. O efeito dessa redução pode ser observado na redução das despesas operacionais da Companhia, que tem sido explicada, principalmente, pela redução nas despesas com contingências.

Patrimônio Líquido

O nosso patrimônio líquido totalizou R\$160,04 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 6,6%. Essa redução decorre, principalmente, da redução de capital aprovada na assembleia geral extraordinária de 03 de dezembro de 2019. Pode-se observar também, o saldo de dividendos adicionais propostos no valor de R\$12,0 milhões que foram submetidos para aprovação da assembleia geral ordinária que está prevista para ocorrer no dia 16 de abril de 2020. A data proposta para pagamento é 30 de abril de 2020.

Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 comparado com o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017

Ativo	31/12/2017	AV	31/12/2018	AV	Δ
Ativo Circulante	84.506	39,1%	98.844	45,6%	+17,0%
Caixa e Equivalentes de Caixa	29.473	13,6%	28.788	13,3%	-2,3%
Aplicações Financeiras	-	0,0%	9.774	4,5%	n/a
Contas a Receber	23.641	10,9%	28.485	13,1%	+20,5%
Estoques	19.770	9,1%	21.563	9,9%	+9,1%
Adiantamentos e Antecipações	837	0,4%	399	0,2%	-52,3%
Empréstimos Concedidos	1.456	0,7%	1.803	0,8%	+23,8%
Despesas Antecipadas	1.089	0,5%	1.992	0,9%	+82,9%
Impostos a Recuperar	5.096	2,4%	892	0,4%	-82,5%
Outros Ativos Circulantes	3.144	1,5%	5.148	2,4%	+63,7%
Ativo Não Circulante	131.857	60,9%	118.138	54,4%	-10,4%
Aplicações Financeiras	-	0,0%	3.036	1,4%	n/a
Contas a Receber	11.633	5,4%	8.326	3,8%	-28,4%
Empréstimos Concedidos	2.606	1,2%	1.439	0,7%	-44,8%
Ativo Mantido para Venda	2.878	1,3%	750	0,3%	-73,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.238	7,5%	13.063	6,0%	-19,6%
Depósitos Judiciais	2.946	1,4%	2.830	1,3%	-3,9%
Outros Ativos Não Circulantes	2.454	1,1%	1.539	0,7%	-37,3%
Investimentos	31	0,0%	20	0,0%	-35,5%
Imobilizado	82.398	38,1%	78.663	36,3%	-4,5%
Intangível	10.673	4,9%	8.472	3,9%	-20,6%
Total do Ativo	216.363	100%	216.982	100%	0,3%

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$28,79 milhões em 31 de dezembro de 2018, reduzindo 0,4% em comparação com R\$29,47 milhões em 31 de dezembro de 2017. No encerramento do exercício de 2018, a Companhia possui em aplicações financeiras R\$12,81 milhões, totalizando as disponibilidades financeiras em R\$40,60 milhões, 41,1% maior do que no encerramento do exercício de 2017.

Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui R\$9,77 milhões em aplicações financeiras de liquidez não imediata (com vencimento acima de 90 dias), em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possui aplicações com essa característica. Essas aplicações estão indexadas a 101,61% do DI e somente podem ser resgatadas após o vencimento.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2018, as contas a receber de clientes no circulante totalizaram R\$28,48 milhões, representando um aumento de 20,5% ou R\$4,84 milhões em relação ao montante de R\$23,64 milhões em 31 de dezembro de 2017.

O contas a receber (curto e longo prazo) encerrou o exercício de 2018 em R\$36,81 milhões, R\$1,54 milhão maior do que em 31 de dezembro de 2017. Os principais fatores que causaram essa variação são:

- (i) Redução de R\$0,83 milhão devido ao aumento da provisão para devedores duvidosos. Valor este, líquido entre constituição e recuperação de valores provisionados.
- (ii) Aumento de R\$2,07 milhões devido à concessão de créditos aos clientes.

Estoques

Os estoques totalizaram R\$21,56 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumentando 9,1% ou R\$1,79 milhão, em comparação com os R\$19,77 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Adiantamento e antecipações

A principal variação nessa rubrica é referente a saldo de adiantamento de férias concedidas a funcionários.

Empréstimos concedidos

Referem-se a empréstimos concedidos por nós a clientes, com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de vendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 16,44% ao ano. Em garantia destas operações possuímos cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau.

No curto prazo, os empréstimos concedidos totalizaram R\$1,80 milhão em 31 de dezembro de 2018, 23,8% maior ou R\$0,35 milhão, em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2017, R\$1,46 milhão.

No balanço, os empréstimos concedidos totalizaram R\$3,24 milhões em 31 de dezembro de 2018, reduzindo 20,2% ou R\$0,82 milhão em relação a 31 de dezembro de 2017. A queda no saldo se refere a: (i) redução pelo recebimento das parcelas no valor aproximado de R\$ 0,83 milhão; (ii) redução pela constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$0,09 milhão; (iii) aumento pela emissão de um empréstimo no valor de R\$0,10.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas totalizaram R\$1,99 milhão em 31 de dezembro de 2018, aumentando 82,9% ou R\$0,90 milhão em relação ao valor de R\$1,09 milhão em 31 de dezembro de 2017.

Esse aumento decorre, principalmente, devido a: (i) adiantamentos realizados para execução de feira no exterior, R\$0,45 milhão; e, (ii) registro de arrendamento mercantil, em contra partida de lançamento em outros passivos, para adequação às novas regras contábeis estabelecidas pelo CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, para a operação de arrendamento de computadores, R\$0,52 milhão.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$0,89 milhão em 31 de dezembro de 2018, diminuindo R\$4,20 milhões em relação ao valor de R\$5,10 milhões em 31 de dezembro de 2017. A redução é referente à utilização de IRPJ e CSLL de base negativa de resultados

de exercícios anteriores para a compensação de impostos federais (PIS e Cofins) durante o exercício de 2018.

Outros ativos circulantes

Os outros ativos circulantes totalizaram R\$5,14 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumentando R\$2,00 milhão em relação ao valor de R\$3,14 milhões em 31 de dezembro de 2017. O principal incremento nessa linha do balanço deve-se a dois fatores: (i) registro de ordens de câmbio de clientes do exterior que ainda não foi realizada a operação de fechamento de câmbio, R\$0,9 milhão. Esses valores aguardam procedimentos operacionais para terem seu câmbio fechado, não são utilizados para especulação; e, (ii) a partir desse exercício, a Companhia passou a contabilizar contratos futuros oriundos de negociações com clientes corporativos, conforme determina o CPC 47, R\$1,17 milhão.

Nesta conta estão registrados os seguintes créditos a receber:

(i) prêmio bancário a receber por meio de parceria junto a instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos, por financiamentos realizados por clientes através de nossa rede de revendedores exclusivos;

(ii) valores a receber de lojistas referentes à cooperação em campanhas de marketing; e,

(iii) saldo a receber de terceiros pela alienação das operações próprias mantidas pela controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

Ativo Não Circulante

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do contas a receber de clientes no não circulante totalizou R\$8,33 milhões, apresentando uma queda de 28,4% ou R\$3,31 milhões, em relação ao montante de R\$11,63 milhões em 31 de dezembro de 2017. A variação do contas a receber, pode ser visualizada nas explicações dessa linha no curto prazo.

Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$1,44 milhão em 31 de dezembro de 2018, diminuindo 44,8% ou R\$1,17 milhão em comparação aos R\$2,61 milhões em 31 de dezembro de 2017. A variação dos empréstimos concedidos, pode ser visualizada nas explicações dessa linha no curto prazo.

Ativo mantido para venda

O ativo não circulante mantido para venda está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. Possuímos acordo com corretores especializados em vendas de imóveis e acreditamos que no curto prazo poderemos realizar a venda de tais ativos. Os valores são mantidos ao custo de aquisição sendo inferiores aos seus valores de mercado. O ativo mantido para venda totalizou R\$0,75 milhão em 31 de dezembro de 2018, diminuindo R\$2,13 milhões em relação aos R\$2,88 milhões em 31 de dezembro de 2017. A diminuição refere-se ao esforço feito em 2018 para a venda dos ativos, buscando a geração de caixa.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos totalizou R\$13,06 milhões em 31 de dezembro de 2018, diminuindo 19,6% em relação ao valor de R\$16,24 milhões em 31 de dezembro de 2017.

A redução dessa rubrica deve-se principalmente à realização das provisões ao longo do exercício de 2018, R\$2,25 milhões; e, ao aumento da diferença passiva entre a depreciação fiscal e societária, R\$1,06 milhão.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais totalizaram R\$2,83 milhões em 31 de dezembro de 2018, diminuindo R\$0,12 milhão em relação aos R\$2,95 milhões em 31 de dezembro de 2017. As reduções decorrem, principalmente, de processos cíveis e tributários.

Outros ativos não circulantes

Os outros ativos não circulantes totalizaram R\$1,54 milhão em 31 de dezembro de 2018 e R\$2,45 milhões em 31 de dezembro de 2017. A variação nessa conta decorre, principalmente, da classificação de prazo das parcelas da alienação das operações próprias mantidas pela Unicasa Comércio de Móveis Ltda., transferidas para o curto prazo.

Investimentos

Não houve variação significativa nesta conta.

Imobilizado

Nosso imobilizado totalizou R\$78,66 milhões em 31 de dezembro de 2018, diminuindo 4,5% em relação aos R\$82,40 milhões em 31 de dezembro de 2017. A redução decorre, principalmente, pela depreciação do imobilizado em maior nível do que as aquisições realizadas em 2018.

Intangível

Nosso intangível totalizou R\$8,47 milhões em 31 de dezembro de 2018, diminuindo R\$2,20 milhões em relação aos R\$10,67 milhões em 31 de dezembro de 2017. A redução decorre, principalmente, da amortização dos fundos de comércio.

Passivo Circulante

Fornecedores

Nosso saldo com fornecedores totalizou R\$2,30 milhões em 31 de dezembro de 2018, diminuindo 29,6% ou R\$0,97 milhão em comparação aos R\$3,27 milhões em 31 de dezembro de 2017. A redução decorre do menor saldo de fornecedores indiretos.

Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$1,18 milhão em 31 de dezembro de 2018, diminuindo 56,6% ou R\$1,54 milhão em comparação aos R\$2,72 milhões em 31 de dezembro de 2017. As principais alterações nessa rubrica são: (i) redução de R\$0,8 milhão de ICMS a recolher, devido à alteração realizada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul no recolhimento do ICMS do mês dezembro. Através do decreto nº 54.348 de 26 de novembro de 2018, o Governo dividiu o ICMS do mês de dezembro em duas parcelas, um referente aos quinze primeiros dias do mês e outra referente aos demais dias. Sendo o vencimento da primeira parcela, ainda dentro do mês de dezembro. Essa alteração, obrigou a Companhia a quitar a maior parte do ICMS do mês dentro do próprio mês de competência ao invés do vencimento normal no dia 20 do mês subsequente; e, (ii) não há mais saldo de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, R\$0,3 milhão em 31 de dezembro de 2017, que, por opção da Companhia, conforme faculdade prevista na lei 12.546/2011, passou a ser calculada sobre folha de pagamento. Assim, no exercício de 2018, essa obrigação está registrada na rubrica de Salários e Encargos Sociais.

Salários e encargos sociais

Nossos salários e encargos sociais totalizaram R\$2,88 milhões em 31 de dezembro de 2018, diminuindo 3,3% ou R\$0,10 milhão em comparação com os R\$2,97 milhões em 31 de dezembro de 2017. A redução diminuta em relação à redução ao número de funcionários, deve-se ao aumento da Contribuição à Previdência Social, que, conforme explicado no parágrafo anterior, deve-se à alteração na forma da base de cálculo dessa Contribuição, que no exercício de 2018 passou a ocorrer através da folha de pagamento.

Adiantamentos de clientes

Nosso saldo de adiantamento de clientes totalizou R\$16,72 milhões em 31 de dezembro de 2018, diminuindo 4,8% ou R\$0,85 milhão em relação aos R\$17,57 milhões em 31 de dezembro de 2017. A redução da receita é o principal fator que contribui para essa variação.

Provisões

Nessa rubrica está registrada a provisão para cobrir obrigações de entrega de mercadorias a consumidores que adquiriram produtos de lojas que fecharam. Seu saldo totalizou R\$5,49 milhões em 31 de dezembro de 2018, diminuindo 37,0% ou R\$3,22 milhões em relação aos R\$8,70 milhões em 31 de dezembro de 2017. A redução deve-se pela realização efetiva das obrigações da Companhia junto a esses consumidores.

Outros passivos circulantes

Essa rubrica totalizou R\$5,69 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumentando R\$2,47 milhões em comparação aos R\$3,22 milhões em 31 de dezembro de 2017. O aumento decorre dos seguintes principais fatores:

- (i) registro de ordens de câmbio de clientes do exterior que ainda não foi realizada a operação de fechamento de câmbio, R\$0,9 milhão. Esses valores aguardam procedimentos operacionais para terem seu câmbio fechado, não são utilizados para especulação;
- (ii) a partir desse exercício, a Companhia passou a contabilizar contratos futuros oriundos de negociações com clientes corporativos, conforme determina o CPC 47, R\$1,17 milhão.
- (iii) registro de arrendamento mercantil, em contrapartida de lançamento em outros ativos, para adequação às novas regras contábeis estabelecidas pelo CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, para a operação de arrendamento de computadores, R\$0,20 milhão.

Passivo Não Circulante

Obrigações Tributárias

O saldo dessa rubrica refere-se ao parcelamento de IPI e imposto de importação referente a processo que a Companhia mantinha em discussão referente ao aproveitamento de créditos tributários realizados em 2002. Este processo estava totalmente provisionado.

Provisões

Nessa rubrica são registradas as provisões para processos cíveis, trabalhistas e tributários. Elas totalizaram R\$10,95 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$9,58 milhões em 31 de dezembro de 2017. A variação dessa rubrica reflete a classificação de nossos assessores jurídicos referente às perdas envolvidas nos processos judiciais dos quais a Companhia é parte e seguem as normas contábeis para provisionamento.

Patrimônio Líquido

O nosso patrimônio líquido totalizou R\$171,27 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$167,87 milhões em 31 de dezembro de 2017. O aumento decorre do resultado de R\$3,39 milhão no exercício de 2018, integralmente destinado para a absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

Análise de nossos fluxos de caixa referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

A tabela abaixo demonstra os componentes do nosso fluxo de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, além das variações percentuais para os respectivos períodos.

	2019	2018	2017	AH 19/18 (%)	AH 18/17 (%)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	32.134	17.542	3.482	83,2%	403,8%
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(15.420)	(18.227)	(1.841)	-15,4%	890,1%
Fluxo de caixa (aplicado)/gerado nas atividades de financiamento	-	-	-	0,0%	0,0%
Efeito da variação cambial no caixa e equivalente de caixa	59	-	-	0,0%	0,0%
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	16.714	(685)	1.641	-2540,0%	-141,7%

Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

No encerramento do exercício social de 2019, a posição de caixa da Companhia totalizou R\$69,93 milhões, 68,1% maior do no encerramento do exercício social de 2018. Ao

observamos apenas a linha de caixa e equivalentes de caixa, o saldo em 2019 é de R\$45,56 milhões, 58,3% maior do que em 2018.

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, nosso caixa líquido gerado pelas atividades operacionais atingiu o valor de R\$32,13 milhões, R\$17,54 milhão e R\$3,48 milhões, respectivamente. No exercício de 2019, o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais apresentou uma melhora significativa em relação a 2018, por conta, principalmente da redução de despesas, fruto do trabalho efetuado para adequação da Companhia ao cenário econômico.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento foi de R\$15,42 milhões. Desse montante, R\$11,56 milhões foram destinados para aplicações financeiras e R\$3,86 milhões para aquisição de ativos permanentes.

Fluxo de caixa (aplicado) gerado nas atividades de financiamento

Nos exercícios encerrado em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não houve movimentação nessa rubrica.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possui saldo de empréstimos e financiamentos a pagar.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relacionamento comercial com o Banco Santander (Brasil) S.A. e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro, incluindo convênio de Cessão de Crédito e Crédito Direto ao Consumidor para a promoção dos produtos e serviços da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Santander Financiamentos”) perante os revendedores Exclusivos e seus respectivos clientes. Essas operações não representam dívida à Companhia, pois o financiamento é realizado diretamente entre os clientes finais e o Santander Financiamentos, com taxas e prazos de financiamento que variam para cada cliente. Pela promoção da contratação de operações de financiamento ou cessão de direitos creditórios, a Companhia recebe uma

remuneração variável baseada, principalmente, no volume de negócios realizados com os clientes finais e com os revendedores Exclusivos.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas.

(iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Existem limitações apenas quanto aos valores dessas operações, cuja autorização é de competência do Conselho de Administração, conforme descrito no Artigo 22 do Estatuto Social.

10.2. Os diretores devem comentar:**(a) resultados das operações do emissor, em especial:****(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:****Receita Bruta de Vendas**

É composta por nossa receita bruta de vendas realizadas tanto no mercado interno quanto no mercado externo, de móveis planejados por meio de revendas Exclusivas, lojas Multimarcas e Lojas Próprias, através das marcas Dell Anno, Favorita, New, Casa Brasileira e do segmento de venda Unicasa Corporate. A receita de venda de produtos é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quanto aos riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

Mercado externo

As vendas no mercado externo correspondem às vendas de nossos produtos no exterior, nos seguintes 10 países: Canadá, Colômbia, Costa Rica, Emirados Árabes, Estados Unidos da América, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Deduções**Impostos sobre vendas**

Sobre a receita bruta de vendas no mercado interno incidem tributos não cumulativos diretos como o PIS, à alíquota de 1,65% e a COFINS, à alíquota de 7,6%. Além desses, também incidem o ICMS, com alíquota de 7% a 20% dependendo do estado de destino, bem como o IPI à alíquota de 5%. A partir do exercício de 2018, a Companhia passou a recolher a Contribuição Previdenciária com base na folha de pagamento, conforme faculdade prevista na Lei 12.546/2011. Dessa forma, não há mais a dedução desse imposto na receita da Companhia, passando a ser registrado como uma obrigação social junto aos Salários e Encargos da folha de pagamento. Sobre a receita de nossas vendas para o mercado externo não há incidência de PIS, COFINS, IPI, ICMS e CPRB.

Devoluções e Abatimentos

As devoluções ocorrem quando nossos clientes decidem substituir total ou parcialmente produtos eventualmente avariados ou em desacordo com o pedido. Os abatimentos, originados pelas devoluções, são concedidos na forma de créditos a serem deduzidos

no título de crédito correspondente ou descontados em pedidos futuros. Historicamente as devoluções e abatimentos não são relevantes, correspondendo a 0,2%, 0,4% e 0,2% de nossa receita líquida de vendas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos monetários de curto prazo e de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante. Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, apenas as transações de contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros de mercado (Selic), aplicado sobre o prazo de vencimento de cada parcela da venda, que reflete o risco de cada transação dos respectivos ativos.

Despesas e Receitas operacionais

Despesas com vendas

As nossas maiores despesas com vendas estão relacionadas a:

- (i) propaganda e marketing, feiras e exposições;
- (ii) gastos com pessoal;
- (iii) outras despesas gerais, tais como: viagens e estadias, despesas com clientes e amortização e aluguel de pontos comerciais;
- (iv) serviços de terceiros tais como: fretes sobre as vendas dos nossos produtos, assessorias e serviços de montagem de móveis;
- (v) comissões sobre vendas para nossos representantes comerciais autônomos e para nossos vendedores das lojas próprias; e,
- (vi) despesas com depreciação e amortização.

Despesas administrativas

As despesas gerais e administrativas estão relacionadas a:

- (i) gastos com pessoal;
- (ii) serviços de terceiros tais como: serviços jurídicos, auditores externos e consultorias diversas, despesas de informática e manutenção dos sistemas de gestão e controle;
- (iii) outras despesas gerais, tais como: indenização a consumidores e lojistas e provisões; e
- (iv) depreciações.

Outras receitas operacionais, líquidas

Nossas outras receitas operacionais, líquidas decorrem principalmente de:

- (i) prêmio bancário sobre as receitas financeiras auferidas pelo banco que financia nossos consumidores finais, conforme convênio celebrado com instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos;
- (ii) valores a receber de lojistas pelo direito de revenda de produtos da Companhia; e,
- (iii) resultado da venda de ativos mantidos para venda.

Despesas financeiras

Nossas despesas financeiras incluem principalmente gastos com IOF e tarifas bancárias, juros sobre financiamentos, descontos concedidos, variações cambiais e ajuste a valor presente calculado sobre parcelamentos a receber de clientes e empréstimos concedidos.

Receitas financeiras

Nossas receitas financeiras incluem principalmente juros moratórios recebidos de clientes provenientes de pagamento de duplicatas com atraso, variações cambiais e rendimento sobre aplicações financeiras, além do ajuste a valor presente calculado sobre os ativos de curto e longo prazo.

Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15,0%, acrescidas do adicional de 10,0% sobre o lucro tributável que exceder R\$0,24 milhão para Imposto de Renda e 9,0% sobre o lucro tributável para Contribuição Social.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para anular a diferença temporária entre base fiscal e societária.

(ii) Fatores que alteram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da companhia vem sendo afetado, principalmente, pelas provisões e pela queda na receita bruta.

Receita Bruta ex-IPI

Abaixo segue quadro comparativo da receita de nossas marcas e canais nos últimos três exercícios:

Receita Bruta de Vendas Ex-IPI	2019	2018	2017
Receita Bruta de Vendas (menos IPI)	185.744	187.968	207.799
Mercado Interno	172.236	179.636	201.741
Dell Anno e Favorita - Exclusiva e Lojas Próprias	87.051	95.191	112.662
New e Casa Brasileira Revendas Exclusivas	45.354	45.705	52.212
New e Casa Brasileira Multimarca	24.783	23.338	23.880
Unicasa Corporate	11.943	12.213	10.505
Outras Receitas	3.105	3.189	2.482
Mercado Externo	13.508	8.332	6.058

A rede de distribuição da Companhia passou por um momento de reestruturação, conduzida pela Administração, onde ocorreram diversos fechamentos de operações pequenas e, também vêm sendo reduzida devido à deterioração econômica, que levou diversos lojistas nossos a fecharem suas atividades. Desde 31 de dezembro de 2017, a rede de distribuição da Unicasa foi reduzida em 93 operações Exclusivas.

Provisões

Em 2019, as despesas com provisões foram responsáveis por R\$2,6 milhões de reais em impacto nas despesas operacionais. Em 2017, as despesas com provisões foram responsáveis por R\$4,9 milhões de reais em impacto nas despesas operacionais. Em 2016 as despesas com provisões foram responsáveis por R\$18,7 milhões de reais em impacto nas despesas operacionais. O impacto das provisões, antes do imposto de renda, nos últimos três exercícios foi:

Valores registrados no resultado	2019	2018	2017
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	(2.153)	1.379	(3.356)
Provisão para encerramento de relação comercial	-	872	6.767
Provisão para obsolescência	(42)	353	53
Provisão para devedores duvidosos	74	963	1.550
Outras provisões	(936)	(1.004)	(68)
Total	(3.057)	2.563	4.946

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A Companhia não prevê variações significativas dos preços que pratica, procurando manter-se competitiva dentro do atual cenário; no entanto, se os índices inflacionários tiverem variação acentuada durante o exercício, está preparada para reajustar seus preços em paridade com a variação desses índices;

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A Companhia administra seu estoque de segurança de matérias primas para fazer frente às possíveis flutuações bruscas tanto do preço dos principais insumos adquiridos no mercado nacional quanto das matérias primas importadas. Se os índices inflacionários tiverem variação acentuada durante o exercício, a Companhia preparada para reajustar seus preços em paridade com a variação desses índices e seus efeitos no custo dos seus produtos. A Companhia não tem dívidas bancárias, de forma que o impacto do crescimento das taxas de juros não será significativo no resultado operacional.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Conforme comentado na seção 6.5 deste formulário de referência, em 08 de outubro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a constituição da Unicasa Comércio de Móveis Ltda, sendo ela constituída com 100% de capital oriundo de investimentos da Companhia. Os efeitos dessa participação acionária podem ser observados na linha de investimentos no balanço da Controlada e no balanço Consolidado. Seus efeitos são registrados através do método da equivalência patrimonial, conforme estabelece o CPC 18.

Em 13 de novembro de 2018, autorizada pela Diretoria, a Companhia constitui a controlada Unicasa North America. Com capital inicial de USD 200.000,00, 100% subscrito pela Unicasa Indústria de Móveis S.A., ainda não integralizado, essa Companhia servirá de escritório comercial nos Estados Unidos para atendimentos aos lojistas daquele país. Essa operação será ratificada em breve pelo Conselho de Administração da Companhia.

(c) eventos ou operações não usuais

Conforme comentado na Mensagem da Administração contida no item 10.1, no 4T16 a Companhia decidiu reduzir o escopo do projeto de lojas próprias. Dessa forma, o ativo fiscal diferido de nossa Controlada, Unicasa Comércio de Móveis Ltda., foi revertido, pois não há expectativa de que a operação remanescente gerará lucros tributáveis futuros suficientes, nos próximos 10 anos, para amortizar o prejuízo fiscal acumulado da operação, procedimento em concordância com o estabelecido pela Instrução CVM 371. Essa reversão impactou o resultado na linha de IR/CS em R\$6,7 milhões.

10.4 Os diretores devem comentar:**(a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

Nossas demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com base nos pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), normas da CVM, observando as diretrizes contábeis manadas da Lei das Sociedades por Ações, que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11.638 e pela Lei 11.641 e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Não houve modificação nas práticas contábeis por nós adotadas na elaboração de nossas Demonstrações Financeiras relativas aos três últimos exercícios fiscais, as quais foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Estas demonstrações, portanto, estão apresentadas em bases consistentes.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alterações em práticas contábeis sobre as Demonstrações Financeiras referentes aos três últimos exercícios fiscais.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não temos ressalvas presentes nos pareceres emitidos por nossos auditores independentes para os três últimos exercícios fiscais.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A preparação das Demonstrações Financeiras da Companhia requer que nós diretores, em conjunto com a Administração da Companhia, façamos julgamentos e estimativas e adotemos premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das Demonstrações Financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades

de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera.

O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia e de suas filiais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

Na data deste documento, não tínhamos quaisquer ativos, passivos ou operações não registradas nas nossas Demonstrações Financeiras, incluindo *off-balance sheet items*.

(b) outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das Demonstrações Financeiras do emissor

Não há outros itens não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

(b) natureza e propósito da operação

Não há outros itens não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há outros itens não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nos últimos três exercícios sociais, realizamos investimentos visando à modernização de nosso parque fabril. Ampliamos nosso prédio industrial e adquirimos máquinas e equipamentos com novas tecnologias que nos possibilitaram o aumento da produtividade de nossa planta fabril. Com estes investimentos temos capacidade instalada suficiente para atender a uma demanda superior à que estamos operando, sem a necessidade de grandes investimentos em maquinário.

Na tabela abaixo informamos os investimentos realizados no ativo imobilizado e no intangível nos últimos três exercícios sociais:

CAPEX	2019	2018	2017
Imobilizado	3.035	4.600	6.061
Intangível	822	828	278
Total	3.857	5.428	6.339

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia tem condições financeiras de concluir todos os investimentos em andamento, bem como realizar os previstos para os próximos anos, com recursos próprios.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não possuímos quaisquer desinvestimentos relevantes em andamento ou desinvestimentos previstos.

(b) desde que já divulgada, aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não existem planos e/ou projetos já divulgados para aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

(c) novos produtos e serviços, indicando:

- (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;**
- (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;**
- (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados;**
- (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Nossos projetos de pesquisa estão voltados tanto para a melhoria dos produtos existentes e lançamento de produtos inovadores quanto para a otimização das etapas do processo produtivo utilizados em nosso processo de fabricação. Entre eles destacamos:

(i) implantação de tecnologias para acabamentos próximos das técnicas manuais de fabricação, como a marcenaria, visando maior personalização e qualidade do produto final;

(ii) melhorias no sistema de produção *just in time* viabilizando a produção de produtos de acordo com os pedidos dos clientes;

(iii) melhoria do *layout* dos setores de produção visando maior eficiência do fluxo produtivo;

(iv) melhoria nos sistemas para o controle de acondicionamento de peças e acessórios embarcados juntos com os módulos de móveis;

(v) busca de diferenciais competitivos em parceria com os fornecedores para padronagem dos desenhos, cores, texturas, modulação, sistemas de ferragens, acessórios, acabamentos e complementos; e

(vi) pesquisas de mercado para avaliação do posicionamento e de preferência dos consumidores para cada marca.

Ao longo dos seis meses utilizados para o desenvolvimento de cada coleção as ações e pesquisas acima descritas, que servem como orientação para todos os envolvidos no processo produtivo tais como: fornecedores, colaboradores, lojistas, especificadores, designers e arquitetos, bem como para a preparação e planejamento da participação em feiras e eventos do segmento moveleiro. Essas atividades nos permitiram elevar a produtividade, minimizar o desperdício de matéria prima, melhorar o controle de custos

e prazos de embarque, elaborar um planejamento eficaz do quadro de pessoal envolvido no processo produtivo e expandir em melhorias e soluções inovadoras as linhas comercializadas, aumentando assim também nosso ganho de mercado, com maior assertividade de posicionamento e aceitação junto ao público pretendido por cada marca.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 totalizaram R\$1,37 milhão, R\$1,51 milhão e R\$1,27 milhão respectivamente.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6. ANEXO II – DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (ANEXO 9-1-II ICVM 481)**1. Informar o lucro líquido do exercício**

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$17.983.960,65 (dezessete milhões, novecentos e oitenta e três mil, novecentos e sessenta reais e sessenta e cinco centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

R\$17.084.762,62 (dezessete milhões, oitenta e quatro mil, setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos).

Valor por ação do montante global dos dividendos: R\$0,258522

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

95%, sendo que 5% foi destinado para constituição da reserva legal.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Dividendos: R\$12.082.024,87 (doze milhões, oitenta e dois mil, vinte e quatro reais e oitenta e sete centavos).

Valor por ação dos dividendos: R\$0,18282.

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Tanto para o dividendo a ser aprovado, como para o JCP já declarado: pagamento integral, proposto para pagamento no dia 30 de abril de 2020.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há atualização monetária ou juros sobre os valores a serem pagos.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

	Dividendos ⁽¹⁾	JCP
Data da declaração	16/04/2020	11/12/2019
Data de corte	23/04/2020	16/12/2019
Data ex-provento	24/04/2020	17/12/2019

⁽¹⁾ - A Ser aprovado na assembleia

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores
 b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Distribuição de lucros	2019	2018 ⁽²⁾	2017 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾
Lucro líquido/(Prejuízo)	17.983.960,65	3.394.349,26	(6.356.858,29)	(2.173.891,01)
Lucro líquido/(Prejuízo) por ação	0,27213	0,05136	(0,09619)	(0,03289)
Juros sobre capital próprio	5.002.737,75	-	-	-
JCP por ação	0,07570	-	-	-
Dividendo	12.082.024,87	-	-	-
Dividendo por ação	0,18282	-	-	-

⁽¹⁾ Devido ao prejuízo, não houve distribuição de JCP ou dividendo.

⁽²⁾ O resultado do período foi destinado para absorção de prejuízos acumulados

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R\$899.198,13 (oitocentos e noventa e nove mil, cento e noventa e oito reais e treze centavos)

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Conforme Art. 193 da lei 6.404/76: Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Estatuto da Companhia estabelece o pagamento de no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuído aos acionistas como dividendo obrigatório. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em menor período, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Será revertido em favor da Companhia os dividendos e juros sobre o capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim. A distribuição proposta contempla 100% do lucro líquido ajustado.

- c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

- c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

- c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

- d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

- b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

- c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

- b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

7. ANEXO III-A – INFORMAÇÕES SOBRE ADMINISTRADORES

Em atendimento ao disposto no Art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009, seguem abaixo as informações (itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência) a respeito dos candidatos indicados à eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Item 12.5.a. Nome	Gelson Luis Rostirolla	Alexandre Grendene Bartelle	Gustavo Dall Onder	Daniel Ferreira Maia de Freitas	Giuliano Silvio Dedini Zorgniotti
Item 12.5.b. Data de Nascimento	14/02/1953	23/01/1950	14/10/1989	13/05/1984	06/11/1991
Item 12.5.c. Profissão	Administrador	Industrial	Administrador	Administrador	Economista
Item 12.5.d. CPF	148.411.429-91	098.675.970-87	022.216.650-90	320.434.708-76	089.199.389-46
Item 12.5.e. Cargo a ser ocupado	Presidente do Conselho	Vice-Presidente do Conselho	Membro Titular	Membro Independente ¹	Membro Independente ¹
Item 12.5.f. Data da eleição	16/04/2020	16/04/2020	16/04/2020	16/04/2020	16/04/2020
Item 12.5.g. Data da posse	16/04/2020	16/04/2020	16/04/2020	16/04/2020	16/04/2020
Item 12.5.h. Prazo do mandato	Até AG das DF's de 31/12/2021	Até AG das DF's de 31/12/2021	Até AG das DF's de 31/12/2021	Até AG das DF's de 31/12/2021	Até AG das DF's de 31/12/2021
Item 12.5.i. Outras posições na Companhia ¹	N/A	N/A	Diretor Presidente e Comercial	N/A	N/A
Item 12.5.j. Indicação	Controladores	Controladores	Controladores	Controladores	Minoritários ²
Item 12.5.l. Mandatos consecutivos	2	4	N/A	2	N/A
Item 12.9. Relação conjugal/parentesco com administradores ou diretores estatutários	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Item 12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	N/A	Sócio-quotista da Telasul Indústria de Móveis LTDA	N/A	N/A	N/A
Item 12.10. Tipo de Relação do Administrador com a parte relacionada	N/A	Controle	N/A	N/A	N/A
Item 12.10. Tipo de pessoa relacionada	N/A	Fornecedor	N/A	N/A	N/A

¹ - Item 12.5.k. Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: art 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

² - Indicado por 4UM Investimentos.

Item 12.5.m.i, Item 12.5.m.ii – principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e declarações criminais.

Currículo – Gelson Luis Rostirolla

Graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade do Oeste Catarinense (UNOESC). Além disso, exerce o cargo de Diretor Vice-Presidente da Grendene S.A.

Currículo – Alexandre Grendene Bartelle

Bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), atualmente exerce o cargo de Presidente do nosso Conselho de Administração. Além disso exerce os cargos de:

- (i)Presidente do Conselho de Administração Grendene S.A.; Diretor Presidente da Grendene Negócios S.A.;
- (ii)Diretor Vice-Presidente da Telasul S.A.;
- (iii)Vice-Presidente do Conselho de Administração da Vulcabrás/Azaléia S.A.;
- (iv)Diretor Presidente da Agropecuária Jacarezinho Ltda;
- (v)Vice-Presidente do Conselho de Administração da Da Mata S.A. – Açúcar e Álcool;
- (vi)Diretor Administrativo da Lagoa Clara Agrícola S.A.;
- (vii)Administrador da Karina Empreendimentos Imobiliários Ltda;
- (viii)Diretor Presidente da AGP Negócios e Participações S.A.;
- (ix)Administrador da Nova Trento Negócios e Participações Ltda;
- (x)Diretor Presidente da Nova Vicenza Negócios e Participações S.A.;
- (xi)Diretor Presidente da Veneza Negócios e Participações S.A.;
- (xii)Diretor Presidente da Alexandre G. Bartelle Participações S.A.;
- (xiii)Diretor Presidente da A3NP – Indústria e Comércio de Móveis S.A.;
- (xiv)Diretor Presidente da MHL Calçados Ltda e;
- (xv)Diretor Presidente da Nova Milano Investimentos Ltda.

Currículo – Gustavo Dall Onder

Graduado em Engenharia de Produção pela Universidade de Caxias do Sul e pós-graduado em Gestão Empresarial pelo CEEM-FGV de Caxias do Sul. Ingressou na companhia em 2012, exerceu a função de Gerente Executivo de Finanças e RI desde 2014, promovido a Diretor Financeiro e de RI em 2016.

Currículo – Giuliano Silvio Dedini Zorziotti

Diretor de Gestão de Recursos da 4UM Investimentos, gestora independente de Curitiba com foco nas estratégias de small caps e dividendos, na qual se dedica desde 2014, inicialmente como analista e posteriormente como gestor. Anteriormente foi auditor na Deloitte entre 2011 e 2014. Graduado em Economia pela UFPR e mestrando em

Economia e Finanças pela EESP/FGV. Detém as certificações CGA Anbima e CFA pelo CFA Institute. É membro da Comissão de Investimentos da CNSeg.

Currículo – Daniel Ferreira Maia de Freitas

Bacharel em empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), atualmente exerce o cargo de Membro Efetivo do nosso Conselho de Administração. Além disso, exerce o cargo de:

- (i) Sócio Diretor da Salad Creations e Boali e;
- (ii) Conselho Consultivo do Fundo RPS Capital;
- (iii) Sócio-Fundador da Athon Energia S/A;
- (iv) Sócio-Fundador da Boali Ltda.

Item 12.5.n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

Os conselheiros ora indicados declararam, sob pena de responsabilidade civil e criminal, que nos últimos 5 anos:

a) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo

Gelson Luis Rostirolla	Alexandre Grendene Bartelle	Gustavo Dall Onder	Giuliano Silvio Dedini Zorngiotti	Daniel Ferreira Maia de Freitas
Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui

b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional

Gelson Luis Rostirolla	Alexandre Grendene Bartelle	Gustavo Dall Onder	Giuliano Silvio Dedini Zorngiotti	Daniel Ferreira Maia de Freitas
Não possui	Não possui	Não Possui	Não possui	Não possui

c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Gelson Luis Rostirolla	Alexandre Grendene Bartelle	Gustavo Dall Onder	Giuliano Silvio Dedini Zorgniotti	Daniel Ferreira Maia de Freitas
Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui

Os conselheiros ora indicados também declararam, sob pena de responsabilidade civil e criminal, que não se consideram pessoa politicamente exposta (PPE), conforme Resolução nº 16, de 28 de março de 2007 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), que considera pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e estreitos colaboradores.

Item 12.6 – Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício social, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Membros do conselho de administração	Reuniões desde a posse	Participação
Alexandre Grendene Bartelle	51	76%
Gelson Rostirolla	16	100%
Gustavo Dall Onder	3	100%
Thiago Costa Jacinto	14	100%
Daniel Ferreira Maia de Freitas	22	95%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável. A Companhia não possui comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável. A Companhia não possui comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

Não aplicável. A Companhia não possui esse tipo de acordo ou reembolso a seus administradores.

12.13. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Para fins do disposto no inciso II do Art. 17 do Regulamento do Novo Mercado da B3, o Conselho de Administração da Companhia declara que o Sr. Giuliano Silvio Dedini Zorgniotti e o Sr. Daniel Maia Ferreira de Freitas se caracterizam como independente segundo as disposições do art. 16 e 17 do referido Regulamento.

A Companhia declara que os membros independentes ora indicados cumprem os requisitos descritos no item 3.2.5 da Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração da Companhia aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de março de 2020.

8. ANEXO III-B – DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA**DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DOS CANDIDATOS INDICADOS COMO MEMBROS INDEPENDENTES AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

São Paulo, 16 de março de 2020.

Ao

Conselho de Administração da Unicasa Indústria de Móveis S.A.

Ref.: **Declaração acerca da independência de membro do Conselho de Administração da Unicasa Indústria de Móveis S.A. para fins do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.**

Tendo em vista a minha indicação para ocupar o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Unicasa Indústria de Móveis S.A. ("Companhia"), cuja eleição será deliberada em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, venho por meio desta, e para fins dos artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, declarar que **não**:

- (i) sou acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
- (ii) tenho o exercício de meu voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia;
- (iii) sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador;
- (iv) fui, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador;
- (v) sou afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador;
- (vi) fui, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia;

- (vii) tenho relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- (viii) ocupo cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; e
- (ix) recebo outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro independente do conselho de administração da Companhia, caso venha a ser eleito, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Dessa forma, confirmo meu enquadramento como membro independente segundo os critérios estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado, para fins de apreciação pela assembleia geral da Companhia.

Sendo o que cumpria para o momento, subscrevo.

Daniel Ferreira Maia de Freitas

Ao

Conselho de Administração da Unicasa Indústria de Móveis S.A.

Ref.: Declaração acerca da independência de membro do Conselho de Administração da Unicasa Indústria de Móveis S.A. para fins do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Tendo em vista a minha indicação para ocupar o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Unicasa Indústria de Móveis S.A. ("Companhia"), cuja eleição será deliberada em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, venho por meio desta, e para fins dos artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, declarar que **não**:

- (i) sou acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
- (ii) tenho o exercício de meu voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia;
- (iii) sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador;
- (iv) fui, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador;
- (v) sou afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador;
- (vi) fui, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia;
- (vii) tenho relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- (viii) ocupo cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; e

- (ix) recebo outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro independente do conselho de administração da Companhia, caso venha a ser eleito, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Dessa forma, confirmo meu enquadramento como membro independente segundo os critérios estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado, para fins de apreciação pela assembleia geral da Companhia.

Sendo o que cumpria para o momento, subscrevo.

Giuliano Silvio Dedini Zorgniotti

9. ANEXO III-C – RELATÓRIO DE INDEPENDÊNCIA

RELATÓRIO DE INDEPENDÊNCIA DOS CANDIDATOS INDICADOS COMO MEMBROS INDEPENDENTES AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

I. OBJETO

Este relatório (“Relatório”) consubstancia a análise e as conclusões do Conselho de Administração da **Unicasa Indústria de Móveis S.A.** (“Companhia”) a respeito da adequação dos candidatos indicados como conselheiros independentes ao órgão, à luz de sua qualificação como conselheiro independente para fins do Regulamento do Novo Mercado (“Regulamento do Novo Mercado”), segmento especial da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

II. FUNDAMENTO

O Relatório foi elaborado para fins do art. 17, inciso II, do Regulamento do Novo Mercado.

III. PRESSUPOSTOS DE INDEPENDÊNCIA DO CONSELHEIRO

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a análise da independência dos membros do Conselho de Administração deve considerar impedimentos objetivos – os quais, uma vez verificados, impedem a atribuição da qualificação de conselheiro independente – e parâmetros subjetivos que levam em conta o relacionamento da pessoa com a Companhia, seu acionista controlador e administradores e a possibilidade de tal vínculo afetar a independência do conselheiro de administração.

São considerados impedimentos à caracterização de conselheiro independente, nos termos do art. 16, § 1.º, do Regulamento do Novo Mercado:

- (i) ser acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
- (ii) ter o exercício do voto nas reuniões do Conselho de Administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia;
- (iii) ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; ou
- (iv) ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador.

Verificada qualquer das hipóteses de impedimento, o candidato em questão pode ser eleito ao Conselho de Administração, mas não poderá ser caracterizado como “conselheiro independente” em consonância com o Regulamento do Novo Mercado.

Caso o indicado não preencha nenhuma das hipóteses de impedimento acima referidas, devem ainda ser analisados determinados relacionamentos do candidato que, em função de suas características, magnitude e extensão, possam implicar perda da sua independência.

Segundo o art. 16, § 2.º, do Regulamento do Novo Mercado, as relações que dependem de análise são as seguintes:

- (i) parentesco por afinidade, até segundo grau, do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador;
- (ii) relação de emprego ou de exercício de cargo de diretoria, nos últimos 3 (três) anos, de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- (iii) relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; e
- (v) recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da Companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Importa ressaltar que, diferentemente das hipóteses de impedimento, a existência dos relacionamentos acima não implica, necessariamente, a perda da independência. O indicado poderá ser qualificado como “conselheiro independente” a depender da magnitude, extensão e características específicas do relacionamento.

IV. INDICADOS AO CARGO DE CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTE

São indicados para compor o Conselho de Administração como conselheiros independentes, com mandato unificado de 2 (dois) anos, a se encerrar na assembleia geral ordinária que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, os seguintes conselheiros de administração:

- (i) **Daniel Ferreira Maia de Freitas**, candidato à reeleição, brasileiro, casado pelo Regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 35466446 expedida pela SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF) sob nº 320.434.708-76, residente e domiciliado na Rua da Mata, nº 109, Apartamento 56, bairro Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP: 04531-020; e
- (ii) **Giuliano Silvio Dedini Zorogniotti**, brasileiro, solteiro, economista, portador da cédula de identidade RNE nº V176243H expedida pela PC/DF e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF) sob nº 089.199.389-46, residente e domiciliado na Rua Clovis Bevilacqua, nº 280, Curitiba/PR, CEP: 80035-080

V. ANÁLISE DOS PRESSUPOSTOS DE INDEPENDÊNCIA DOS INDICADOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO COMO CONSELHEIROS INDEPENDENTES

Em relação aos conselheiros independentes ora indicados, apresenta-se abaixo, à luz do disposto no Regulamento do Novo Mercado, análise detalhada com relação aos eventuais impedimentos à sua independência e aos relacionamentos que, em função de suas características, magnitude e extensão, possam implicar a perda de sua independência.

V.1. Daniel Ferreira Maia de Freitas

Eventuais Impedimentos:

- (i) *ser acionista controlador direto ou indireto da Companhia*

Com base nas informações disponíveis, o Sr. Daniel Ferreira Maia de Freitas não é controlador, direto ou indireto, da Companhia.

- (ii) *tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas*

Com base nas informações disponíveis, o Sr. Daniel Ferreira Maia de Freitas não tem o exercício do voto, nas reuniões do Conselho de Administração, vinculado por acordo de acionistas.

- (iii) *relação de parentesco com acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador*

Com base nas informações disponíveis, o Sr. Daniel Ferreira Maia de Freitas não tem relação conjugal ou parentesco com o acionista controlador, administradores da Companhia ou administradores do acionista controlador.

- (iv) *atuação como empregado ou diretor da companhia ou do seu acionista controlador nos últimos 3 (três) anos*

Com base nas informações disponíveis, o Sr. Daniel Ferreira Maia de Freitas não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do acionista controlador.

Magnitude, extensão e características dos relacionamentos:

- (i) *parentesco por afinidade, até segundo grau, do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador*

Com base nas informações disponíveis, o Sr. Daniel Ferreira Maia de Freitas não é parente, por afinidade, do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador.

- (ii) *relação de empregado ou de diretoria em sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum nos últimos 3 (três) anos*

Com base nas informações disponíveis, o Sr. Daniel Ferreira Maia de Freitas não teve relação de emprego, nem exerceu cargo de diretoria em sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum nos últimos 3 (três) anos.

- (iii) *relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum*

Com base nas informações disponíveis, o Sr. Daniel Ferreira Maia de Freitas não mantém relação comercial com a Companhia, com seu acionista controlador ou com sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

- (iv) *ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade*

Com base nas informações disponíveis, o Sr. Daniel Ferreira Maia de Freitas não ocupa cargo em entidade que mantenha relação comercial com a Companhia, com seu acionista controlador ou com sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

- (v) *recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar*

Com base nas informações disponíveis, o Sr. Daniel Ferreira Maia de Freitas não recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador,

de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Aderência à Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria Estatutária:

Na forma do disposto no art. 25, parágrafo único, I, do Regulamento do Novo Mercado e com base nas informações disponíveis, o Sr. Daniel Ferreira Maia de Freitas adere à Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria Estatutária da Companhia.

V.2. Giuliano Silvio Dedini Zorghiotti

Eventuais Impedimentos:

(i) *ser acionista controlador direto ou indireto da Companhia*

Com base nas informações disponíveis, o Sr. Giuliano Silvio Dedini Zorghiotti não é controlador, direto ou indireto, da Companhia.

(ii) *tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas*

Com base nas informações disponíveis, o Sr. Giuliano Silvio Dedini Zorghiotti não tem o exercício do voto, nas reuniões do Conselho de Administração, vinculado por acordo de acionistas.

(iii) *relação de parentesco com acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador*

Com base nas informações disponíveis, o Sr. Giuliano Silvio Dedini Zorghiotti não tem relação conjugal ou parentesco com o acionista controlador, administradores da Companhia ou administradores do acionista controlador.

(iv) *atuação como empregado ou diretor da companhia ou do seu acionista controlador nos últimos 3 (três) anos*

Com base nas informações disponíveis, o Sr. Giuliano Silvio Dedini Zorghiotti não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do acionista controlador.

Magnitude, extensão e características dos relacionamentos:

(vi) *parentesco por afinidade, até segundo grau, do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador*

Com base nas informações disponíveis, o Sr. Giuliano Silvio Dedini Zorgniotti não é parente, por afinidade, do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador.

(vii) relação de emprego ou de diretoria em sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum nos últimos 3 (três) anos

Com base nas informações disponíveis, o Sr. Giuliano Silvio Dedini Zorgniotti não teve relação de emprego, nem exerceu cargo de diretoria em sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum nos últimos 3 (três) anos.

(viii) relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum

Com base nas informações disponíveis, o Sr. Giuliano Silvio Dedini Zorgniotti não mantém relação comercial com a Companhia, com seu acionista controlador ou com sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

(ix) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade

Com base nas informações disponíveis, o Sr. Giuliano Silvio Dedini Zorgniotti não ocupa cargo em entidade que mantenha relação comercial com a Companhia, com seu acionista controlador ou com sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

Aderência à Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria Estatutária:

Na forma do disposto no art. 25, parágrafo único, I, do Regulamento do Novo Mercado e com base nas informações disponíveis, o Sr. Giuliano Silvio Dedini Zorgniotti adere à Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria Estatutária da Companhia.

VI. RESUMO DAS CONCLUSÕES

Conforme detalhado acima, entende-se que os Srs. Daniel Ferreira Maia de Freitas e Giuliano Silvio Dedini Zorghiotti podem ser considerados como conselheiros independentes para fins do Regulamento do Novo Mercado.

Bento Gonçalves – RS, 12 de março de 2020.

Membros do Conselho de Administração:

Gelson Luis Rostirolla

Alexandre Grendene Bartelle

Gustavo Dall Onder

Daniel Ferreira Maia de Freitas

Thiago Costa Jacinto

10. ANEXO IV – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

Nossa política de remuneração está em linha com as melhores práticas de governança, com os objetivos estratégicos de nossos acionistas e com nossos desafios de crescimento e posicionamento competitivo frente a nossos maiores competidores (nacionais e internacionais), no curto e no longo prazo. A nossa política de remuneração tem por objetivo a remuneração satisfatória de nossos administradores, de forma a garantir a retenção de profissionais qualificados em nossa Administração, bem como busca o equilíbrio entre os objetivos da organização, a estratégia de negócios e as práticas de mercado.

Em nosso entendimento, a remuneração atribuída aos Diretores e membros do Conselho de Administração é compatível com a de cargos semelhantes em outras companhias com as mesmas características da nossa, dentro e fora de nosso setor de atuação.

A política de remuneração dos membros do Conselho Fiscal, foi estabelecida segundo a legislação existente. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração de, no mínimo, 10% do valor médio pago a cada Diretor.

Ainda, não possuímos quaisquer comitês de apoio à Diretoria ou ao Conselho de Administração. Durante os exercícios de 2011 não possuíamos Conselho de Administração. Esse foi instaurado a partir de 2012.

Não há aprovação formal da política de remuneração.

(b) Composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração dos nossos Diretores é composta apenas por parcela fixa. A remuneração fixa tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente

e externamente, buscando compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de nossos Diretores. Adicionalmente, os Diretores que não são nossos acionistas fazem jus aos seguintes benefícios:

- (i) Plano de Assistência Médica – atendimento interno;
- (ii) Plano de Saúde;
- (iii) Assistência Odontológica – atendimento interno;
- (iv) Seguro de Vida em Grupo; e
- (v) PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador.

Os benefícios têm por objetivo complementar à remuneração.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Tipo de remuneração	Conselho	Diretoria
Remuneração fixa	100%	100%
Remuneração variável	0%	0%
Total	100%	100%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração dos Diretores e seu reajuste são determinados, anualmente, pela Assembleia Geral, que analisa a responsabilidade de cada cargo da Diretoria, não havendo uma metodologia rígida e preestabelecida.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e seu reajuste são determinados, anualmente, pela Assembleia Geral, não havendo uma metodologia rígida e preestabelecida. Ainda, de acordo com o artigo 34, parágrafo único, do nosso Estatuto Social vigente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos nossos administradores uma participação nos lucros, nos termos do § 1º, do artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações. A remuneração composta por uma parcela fixa e por benefícios diretos e indiretos busca:

- (i) alinhar os interesses dos executivos com os nossos objetivos de curto, médio e longo prazo; e

(ii) o recrutamento e retenção dos profissionais adequados às nossas necessidades.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A Sra. Kelly Zietolie, Diretoria Vice-Presidente renunciou à remuneração. No Conselho de Administração, o Sr. Gelson Luis Rostirolla e o Sr. Alexandre Grendene Bartelle renunciaram à remuneração.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Adotamos como medida de desempenho dos administradores, indicadores empresariais qualitativos e quantitativos, sendo que os principais indicadores que utilizamos são o lucro líquido apurado em cada exercício e o EBITDA.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Considerando os indicadores que são utilizados por nós, em consonância com o Estatuto Social vigente, por deliberação da Assembleia Geral anual, a remuneração é atribuída pelo desempenho global dos administradores, em cada exercício social.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrito procura incentivar os administradores a buscar a melhor rentabilidade dos nossos investimentos e projetos desenvolvidos, de maneira a alinhar os interesses destes com os nossos interesses de curto, médio e longo prazos. Em uma perspectiva de curto prazo, buscamos obter tal alinhamento por meio da atribuição da remuneração fixa e pacote de benefícios compatíveis com o mercado.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável. A totalidade da remuneração dos nossos administradores é paga diretamente pela controladora, Unicasa Indústria de Móveis S.A.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.

Conforme item 13.1 a), a Companhia não possui política de remuneração formalizada e não há comitês ou órgãos estatutários destinados à apreciação desse assunto.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração da diretoria é avaliada anualmente pelo departamento de recursos humanos da Companhia, identificando, através de benchmarking com empresas de porte semelhante, remunerações comparáveis.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente o Conselho de Administração estipula a remuneração da diretoria baseado nos valores de mercado, conforme identificado no item anterior.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração total prevista para o Exercício Social de 2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Membros remunerados	2,00	3,00	0,00	5,00
Remuneração fixa anual	288.000,00	2.199.600,00	0,00	2.487.600,00
Salário ou pró-labore	240.000,00	1.833.000,00	0,00	2.073.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	48.000,00	366.600,00	0,00	414.600,00
Remuneração variável	0,00	1.227.500,00	0,00	1.227.500,00
Bônus	0,00	1.227.500,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cesação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	288.000,00	3.427.100,00	0,00	3.715.100,00

Remuneração total no Exercício Social de 2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,00	2,67	0,00	7,67
Membros remunerados	2,00	2,58	0,00	4,58
Remuneração fixa anual	288.000,00	1.617.967,60	0,00	1.905.967,60
Salário ou pró-labore	240.000,00	1.348.306,33	0,00	1.588.306,33
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	48.000,00	269.661,27	0,00	317.661,27
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cesação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação		O Número de membros, tanto total quanto remunerados, foi calculado pela média anual de membros. Durante o mês de abril, a diretoria teve a composição de dois membros, um remunerado e outro não (Sra. Kelly Zietolie, Diretora Presidente Interina).		
Total da remuneração	288.000,00	1.617.967,60	0,00	1.905.967,60

Remuneração total para o Exercício Social 2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Membros remunerados	2,00	2,00	0,00	4,00
Remuneração fixa anual	240.000,00	786.919,38	0,00	1.026.919,38
Salário ou pró-labore	240.000,00	786.919,38	0,00	1.026.919,38
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cesação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação		O Diretor Vice-Presidente não será remunerado		
Total da remuneração	240.000,00	786.919,38	0,00	1.026.919,38

Remuneração total para o Exercício Social de 2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,00	3,00	1,00	9,00
Membros remunerados	1,67	2,00	1,00	4,67
Remuneração fixa anual	200.000,00	855.000,00	86.400,00	1.141.400,00
Salário ou pró-labore	200.000,00	855.000,00	86.400,00	1.141.400,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cesação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente	O Diretor Vice-Presidente não será remunerado	O número de membros e membros remunerados corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente	
Total da remuneração	200.000,00	855.000,00	86.400,00	1.141.400,00

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável. O número de membros de cada órgão apresentado nas tabelas a seguir corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, para o cada exercício encerrado em 31 de dezembro nos anos abaixo indicados.

Remuneração prevista para o Exercício Social de 2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	-	8
Membros remunerados	-	3	-	-
Bônus (em R\$ mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	776.000,00	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.227.500,00	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	965.000,00	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total da remuneração variável (em R\$mil)	-	-	-	-

OBS: Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

Remuneração total para o Exercício Social de 2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	1	9
Membros remunerados	-	-	-	-
Bônus (em R\$ mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total da remuneração variável (em R\$mil)	-	-	-	-

OBS: Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

Remuneração total para o Exercício Social de 2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	3	11
Bônus (em R\$ mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total da remuneração variável (em R\$mil)	-	-	-	-

Remuneração total para o Exercício Social de 2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	1	9
Bônus (em R\$ mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total da remuneração variável (em R\$mil)	-	-	-	-

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não aplicável. A Companhia não possui plano de remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária baseado em ações, em vigor no último exercício social e para o exercício social corrente.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Acionista/Quotista ⁽¹⁾	Quantidade Total de Ações			% do Capital Social Total
	2019	2018	2017	2019
Conselho de Administração	36.881.810	37.389.310	36.811.210	56,58%
Conselho Fiscal	-	-	-	0,00%
Diretoria	598.116	598.116	598.116	0,91%
Total	37.479.926	37.987.426	37.409.326	57,48%

⁽¹⁾ Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na Diretoria e no Conselho de Administração, as ações que tal administrador detém estão computadas apenas no Conselho de Administração.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Não aplicável, a Companhia não possui plano de previdência em vigor para os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Valores Anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019 ¹	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Número de membros	2,67	3,00	3,00	5,00	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00
Número de membros remunerados	2,58	2,00	2,00	2,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração (Reais)	531.473,12	495.000,00	495.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	-	-	-
Valor da menor remuneração (Reais)	531.473,12	360.000,00	360.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	-	-	-
Valor médio da remuneração (Reais)	531.473,12	427.500,00	427.500,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	-	-	-

1 - O Número de membros, tanto total quanto remunerados, foi calculado pela média anual de membros. Durante o mês de abril, a diretoria teve a composição de dois membros, um remunerado e outro não (Sra. Kelly Zietolie, Diretora Presidente Interina). Apenas um dos diretores exerceu o cargo durante o período de 12 meses do exercício de 2019.

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não há percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no nosso resultado, referente a membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária que sejam partes relacionadas aos controladores.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

A Companhia não efetuou nenhum pagamento aos membros da Diretoria Estatutária nos 3 últimos exercícios sociais que não seja em relação à função que ocupam.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável, tendo em vista que não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia.

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Após o falecimento do CEO da Companhia, conforme Fato Relevante divulgado em 24 de março de 2019, foram eleitos mais dois Diretores Estatutários na Reunião do Conselho de Administração do dia 09 de maio de 2019. Dessa forma, na remuneração proposta para 2020, esses cargos estão preenchidos e são responsáveis pela maior parte da variação na remuneração proposta quando comparada com a realizada no exercício de 2019, além do reajuste inflacionário.

Após a alteração da Diretoria Estatutária, a Companhia decidiu por instituir remuneração variável aos Diretores Estatutários.